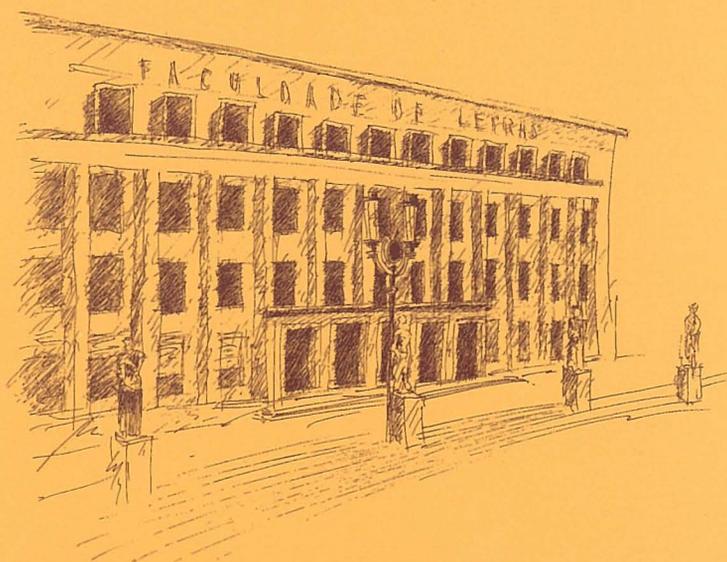


DELFIN F. LEÃO
Coordenação

Instituto de Estudos Clássicos

Um Passado com Futuro

*60 anos de actividade
científica, pedagógica e cultural*



Coimbra
Imprensa
da Universidade
2005



Fundação Eng. António de Almeida

DELFIN F. LEÃO
Coordenação

Instituto de Estudos Clássicos

Um Passado com Futuro

*60 anos de actividade
científica, pedagógica e cultural*



Coimbra
Imprensa
da Universidade
2005



Fundação Eng. António de Almeida

Coordenação editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra

Concepção gráfica

António Barros

Execução gráfica

Imprensa de Coimbra, Lda
Couraça dos Apóstolos, 126
3000-372 Coimbra

ISBN

972-8704-44-5

Depósito Legal

224950/05

© 2005, Imprensa da Universidade de Coimbra

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

(Página deixada propositadamente em branco)

O LATIM MEDIEVAL EM PORTUGAL:
LÍNGUA E LITERATURA

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA*

PELO

PROFESSOR DOUTOR MONS. CÓN. JOSÉ GERALDES FREIRE

(1999)

MAGNÍFICO REITOR

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES: ACADÉMICAS, CIVIS, MILITARES
E RELIGIOSAS

SAPIENTÍSSIMOS MESTRES

SENHORA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA

SENHORAS E SENHORES ESTUDANTES

SENHORAS E SENHORES FUNCIONÁRIOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

*Incipiet patrinus inuocare nomen Dei et COMMENDARE SCIENTIAS
et iniungere lectionem doctorando.*

135

Estas palavras encontram-se nos primeiros Estatutos, redigidos pela própria Universidade e promulgados, em Lisboa, a 16 de Julho de 1431: *O padrinho começará por invocar o nome de Deus e por fazer um discurso de elogio das ciências e por indicar o tema da lição a que o doutorando é obrigado.*

* Texto publicado em *Humanitas*, vol. L.

A tradição universitária foi evoluindo ao longo dos séculos. O esquema geral da *Oração de Sapiência*, proferida na abertura solene das aulas, compreendia, no século XVI, de facto, o elogio de todas as ciências professadas na Universidade. Variavam os oradores e os argumentos, mas o tema era aproximadamente o mesmo.

A vastidão do saber era uma característica dos professores de há bem poucos séculos atrás. Como observa Hervé Carrier, «os mestres intelectuais do passado tinham o hábito de se interessar pela totalidade do saber relativo ao universo, aos deuses, ao sagrado, às tradições, às escrituras, às regras e aos códigos do comportamento humano. (...) Aristóteles escrevia que "a ciência interessa-se pelo necessário e pelo eterno": *Eth. Nicom. VI, 3*».

As especializações

Porém, com a proclamação da independência das ciências, com sábios notáveis como Galileu e Newton, desde o século das Luzes os saberes foram-se diversificando e aprofundando cada vez mais. A par das ciências da Natureza, igualmente as Humanidades se foram especializando. O século XIX constituiu, também no campo da Filologia Clássica - o Grego e o Latim - uma *era nova*, em que foi cientificamente provado o parentesco das línguas indo-europeias, se criaram as Gramáticas Históricas de cada uma delas, se apurou a evolução das línguas ao longo dos tempos e o seu uso diversificado consoante as camadas sociais e as circunstâncias o exigiam, numa palavra, criaram-se múltiplas especializações para o estudo de cada Língua e respectiva Literatura.

Estamos assim chegados à compreensão de que, mesmo dentro de uma só língua - e pensemos já no Latim - existem hoje muitas especializações. Podemos ocupar-nos das suas origens, e teremos de estudar as línguas da Itália primitiva, com as quais o Latim conviveu e que depois dominou; pesquisar as primeiras manifestações escritas, tanto epigráficas como literárias, e teremos o Latim Arcaico; deleitar-nos com os grandes autores em prosa e em verso do Período Clássico, e conviver com nomes cimeiros da Literatura Mundial, como Cícero e Tito Lívio, Virgílio e Horácio e tantos outros; não poderemos esquecer também escritores que tanto marcaram a Cultura Medieval e Moderna, como Séneca, Quintiliano ou Tácito, sem omitir o hoje tão em voga Petrónio, autor do *Satiricon*, a par de poetas que se distinguiram no Período Imperial: Fedro, Marcial e Juvenal. Seria ilusão muito perigosa,

porém, pensar que, com os autores do século II, entre os quais Apuleio, Suetónio e Aulo Gélio, se esgotou a Literatura Latina. O estudo do Latim Vulgar, tal como o falavam, e escreviam, as camadas mais baixas da população, tornou-se uma especialidade que se vem impondo há mais de um século - e que se ocupa de textos de todos os períodos da Língua Latina.

O Latim Tardio

Neste breve apontar para especializações dentro do Latim, queremos chamar a atenção, em particular, para o Período do Latim Tardio, que nós consideramos desde a morte do imperador Marco Aurélio (180), pensador e combatente contra a pressão dos Bárbaros sobre as fronteiras do Império Romano - ano de 180 que, ao mesmo tempo, coincide com o primeiro relato de Latim dos Cristãos, os *Acta Martyrum Scillitanorum* (Scilli, perto de Carthago, Tunísia). Se é certo que, neste período, a Literatura Romana Tradicional nos apresenta, como últimos autores dignos de consideração, os gramáticos Donato e Sérvio (séc. IV) e os transmissores da cultura Macróbio e Marciano Capela (séc. V) é precisamente então que novas gerações de escritores latinos surgem, inspirados pela força renovadora do cristianismo e detentores das melhores técnicas literárias, desde os prosadores, como Tertuliano, Ambrósio, Agostinho de Hipona, Jerónimo e Gregório Magno, aos poetas mais requintados, como Prudêncio, Paulino de Nola, Sidónio Apolináris, Sedúlio e Venâncio Fortunato.

É certo que todos estes autores pertencem, incontestavelmente, à Antiguidade Tardia, período que tem actualmente famosos cultores no campo da História e das Letras. Não cultivaram eles outra língua literária senão o Latim e viveram imbuídos da Cultura Clássica, não podendo alguns deles sequer admitir que a Civilização Romana estava a chegar ao fim.

Entre os historiadores, cai bem chamar a Boécio e Cassiodoro (séc. V-VI) «os últimos romanos». Porém, noutra perspectiva, já pensadores que os precederam, como S. Jerónimo, Santo Agostinho, Paulo Orósio e outros, que viveram entre Teodósio (379-395) e Carlos Magno (768-814) são também designados de «os primeiros medievais». Estes epítetos são ambos exactos do ponto de vista da transmissão da Cultura.

Porém, tomando em conta sobretudo factores linguísticos e literários, devemos dizer que a Antiguidade Latina Tardia se manteve enquanto o Latim continuou a ser falado pelo povo, suportado pela organização escolar tradi-

cional, reconhecido e adoptado pelos governantes dos Reinos saídos das grandes invasões bárbaras dos séculos III, IV e V. Aplica-se aqui algo semelhante ao que aconteceu com a conquista do mundo helenístico pelos romanos, lapidarmente expresso por Horácio nestes versos: *Graecia capta ferum uictorem cepit et artes / intulit agresti Latio* (*Epístolas*, Livro II, 1, 155-156): *A Grécia, uma vez conquistada, conquistou o seu feroz vencedor e introduziu as artes no Lácio agreste*. De facto, também Paulo Orósio nos conta nas suas *Historiae* (Livro VII, cap. 43, 4-6) que o rei visigodo Ataúlfo (410-415), quando sucedeu a Alarico (o conquistador de Roma, em 410) concebeu o projecto de apagar o nome romano e transformar tudo o que até aí era a *România* num novo império, a *Gótia*, de modo a que *fieret nunc Athaulfus quod quondam Caesar Augustus*. Ataúlfo queria ser um outro Augusto. Porém, depressa reconheceu que faltava aos Godos a organização romana, e sobretudo a força disciplinadora do Direito Romano. Por isso (conclui Paulo Orósio) preferiu Ataúlfo restaurar e engrandecer o império romano, guardando para si a honra de ser considerado, pelos vindouros, como *Romanac restitutionis auctor*, isto é, *o criador da restauração de Roma*. Assim a Itália, a Gália e a Hispânia se adaptaram, sob os ostrogodos e lombardos, os francos e os visigodos, ao Catolicismo e mantiveram a Língua e Literatura Latinas, por vezes com certo brilho, até ao momento em que os seus reinos foram destruídos: os visigodos, pela invasão árabe (711); os merovíngios pelos carolíngios, especialmente após a ascensão de Carlos Magno ao poder como único senhor (768); e os lombardos com a conquista que Carlos Magno lhes impôs, em 774.

O Latim Medieval

Do ponto de vista linguístico, devemos, pois, dizer que o Latim Medieval nasce quando o Latim Vulgar, no final do Período Tardio, caminha para o desmantelamento das estruturas características do Latim: – evolução fonética de vogais e consoantes; simplificação morfológica, com a confusão dos casos e das formas verbais; perda das funções sintácticas, das regências, e a tendência para o desenvolvimento da descrição analítica e da ordem directa das palavras. Estas transformações da Língua Latina, iniciadas em séculos passados, aceleraram-se com a perda de normas ortográficas, o quase desaparecimento das escolas e a falta de autoridade e de estímulo da Administração Central. Os séculos VII, VIII e IX foram os tempos das grandes transições.

Que é então o Latim Medieval? *Forçosamente*, uma língua de cultura, a língua oficial dos documentos, do ensino, das relações internacionais, dos diversos géneros literários. E dizemos *forçosamente*, porque as múltiplas línguas regionais, evoluídas do Latim, não possuíam estatuto próprio, mal tinham consciência da sua existência, não se sentiam com «dignidade» para ascender à diplomática, à história, à oratória sacra ou profana e à poesia na sua forma artística. Esta situação manteve-se ao longo de séculos em quase todas as Línguas Românicas. Entre os séculos VIII-IX e os séculos XII-XIII, os romanistas procuram documentar a existência de cada uma delas: - o italiano, o provençal, o francês, o catalão, o castelhano, o português, etc. - a partir de vocábulos romances encontrados no meio de textos latinos, de glossas colocadas à margem de documentos gramaticais ou públicos, de pequenas composições que se encontram dispersas em manuscritos latinos, enfim, um longo período de gestação, até cada uma das Línguas Românicas adquirir um rosto bem definido e marcar a sua independência.

Sendo assim, o Latim Medieval manteve-se, por toda a parte, como um superestrato em qualquer dos níveis linguísticos por que se foi apresentando ao longo de séculos, até ao Renascimento.

Referindo-se ao latim literário da Idade Média, a Prof.^a Christine Mohrmann, cujos cursos tivemos a honra de seguir na Universidade de Nimega (Holanda), gostava de salientar o dualismo de forças que sempre procuraram elevar o nível linguístico e artístico dos escritores; em primeiro lugar, a norma clássica, recebida através dos gramáticos e da leitura dos principais autores, pois os Clássicos nunca foram abandonados durante a Idade Média; em segundo lugar, os grandes Doutores da Igreja, e sobretudo o texto da Vulgata Latina, que serviam de alimento cotidiano na Liturgia, nos ofícios das Horas, na exegese, na pregação, nos tratados espirituais.

Foi assim possível, em todos os períodos da *História da Literatura Latina na Idade Média*, o aparecimento de autores de boa formação humanística e de bom recorte de estilo. Na época carolíngia foi notável a acção de Alcuíno e Paulo Diácono (séc. VIII); mesmo no séc. X, o chamado "século de ferro", florescem as peças de teatro de Roswitha de Gandersheim; temos, no "renascimento Otoniano", Pedro Damião e Santo Anselmo (séc. XI); desenvolve-se então um tipo de poesia baseada no ritmo da intensidade do acento e na rima, de que são testemunhos os *Carmina Cantabrigensia*; é famosa a «renascença do século XII», também conhecida por *aetas ovidiana* (tal a influência de Ovídio), em que se distinguiram Pedro Abelardo e S. Bernardo de Claraval, a

par da pujança da lírica profana, expressa nos *Carmina Burana* (por terem sido encontrados num manuscrito da abadia bávara de Sanktbenediktbeuern); o séc. XIII é o período áureo da Escolástica, com Santo Alberto Magno e S. Tomás de Aquino, os quais não eram secos redactores de pensamentos filosóficos, mas também místicos e até poetas inspirados; desenvolvendo um género poético típico da Idade Média, já antes cultivado na Escola de S. Vítor de Paris – a *sequência* – elevam-se, como modelos para os séculos vindouros, os líricos Franciscanos Jacopone da Todì e Tomás de Celano; na viragem para o séc. XIV surge a mística alemã que tem em Eckhart o seu mais alto expoente.

I PARTE

O LATIM NOTARIAL NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

É tempo de voltarmos o nosso olhar para o Ocidente Hispânico, onde a romanização e o cristianismo trouxeram também as sementes da cultura, que já no Período do Latim Tardio produziram frutos abundantes. – *Egéria*, mulher curiosa que viajou pelo Médio Oriente entre 381 e 384, deixou-nos um *Itinerário* ou *Peregrinatio Egeriae* que está continuamente a ser reeditado; *Paulo Orósio*, historiador, geógrafo e filósofo (séc. IV-V), com os seus *Sete Livros de História*, serviu de mestre a toda a Idade Média e continua hoje a ser estudado e traduzido; *Hidácio de Chaves*, com o seu *Chronicon* terminado por 469, coloca-se na linha de autores universais como Eusébio de Cesareia e S. Jerónimo; *Martinho de Braga*, falecido em 572, é objecto do estudo dos pesquisadores de Séneca (autor que seguiu de perto) bem como dos canonistas, dos historiadores do monaquismo e até dos etnógrafos e romanistas que analisam em pormenor o seu *De Correctione Rusticorum*; *Fruoso de Braga*, um século depois, tornou-se, com as suas cartas, a sua *Regula Monachorum* e os seus versos, uma das figuras cuja projecção se manteve viva mesmo nos séculos da dominação árabe.

Estamos de novo a falar dos séculos VII, VIII e IX, aquele período crítico da história do Latim em que, na língua do povo do Ocidente Hispânico, se processou a evolução para uma língua regional, que poderemos designar por galego-português.

Documentos notariais

A pesquisa das origens do romance do Noroeste Hispânico tem que se fazer sobre aqueles documentos de Latim que na maioria dos casos nos foram transmitidos através das cópias dos cartulários. Temos, de facto, apenas dois originais do séc. IX, como adiante referiremos. A base da investigação continua a ser os *Diplomata et Chartae*, apesar dos seus erros de transcrição, editados por Alexandre Herculano, em 1867.

O método de trabalho consiste em ler o documento notarial com a máxima atenção e sentido crítico, a fim de perscrutar se, no meio daquele «latim bárbaro», em que se misturam formulismos herdados da tradição jurídica romana e visigótica, aparecem palavras que já não são latinas, mas documentam que o notário, apesar de todo o seu desejo de escrever em Latim, deixa passar e vir ao de cima elementos vocabulares que denunciam a fala do povo. A estes elementos não latinos chamamos *alforamentos do português*, porque eles emergem, no nível geral de uma redacção convencional, como algo de estranho ao Latim, algo de novo que o notário não conseguiu passar para Latim e que, por isso, escreveu tal como ouvia dizer aos intervenientes directos do diploma. A transcrição conservada no Cartulário (e nos *Diplomata et Chartae*) não garante absolutamente a pronúncia do outorgante ou das testemunhas, mas é antes uma tentativa de fazer corresponder os fonemas ouvidos ou pronunciados aos grafemas de que o notário dispõe.

Vamos citar breves exemplos de *alforamentos do português*, encontrados em documentos da segunda metade do século IX, depois de os termos examinado criticamente e discutido a sua autenticidade. As indicações remetem para os *Diplomata et Chartae* (designado por DC), com indicação do ano e da linha onde se encontram as palavras em causa. Além da edição de Herculano, procurámos também verificar o Cartulário respectivo e, para os documentos DC IX (882) e DC XII (897), conferimos atentamente fotocópias do original.

1.º - O ditongo - *ei* - não existia no latim clássico. Em português tornou-se frequente. Não se encontra no castelhano. É raro no catalão, provençal e italiano. Pois está claramente documentado em *leiga* (a primeira palavra tipicamente portuguesa documentada) em DC VIII (875) 22; no antropónimo *Balteiro*, DC X (883) 1 e em *inleigato*, DC XII (897) 5 (leia-se *inleijato*).

2.º - O ditongo - *ai* -, que no Latim Vulgar evoluíra para - *e* - encontra-se já reconstituído no topónimo *Quiaios* no DC XII (897) 28.

3.º - O ditongo - *au* - que em latim evoluíra para - *u* - encontra-se a caminho da sua reconstituição. O caso mais característico é o do nome do rio que em latim se chama *Vacua*. No DC XII (897) aparece com as formas *Vauga* (linhas 7 e 29) e *Voaga* (10 e 17), esta última bem próxima das pronúncias actuais do Vouga!

Aliás - *au* - apresenta-se também evoluído para - *o* - na palavra *foce de Paviola*: a *foz* do Paivó, DC X (883) 6.

4.º - A sonorização das oclusivas surdas em posição intervocálica é um fenómeno constante no documento original DC IX (882): *migacli* (2), *judigado* (21), *abriles* (22), *Rodorigus* (27). E no DC XII (897) a simples evolução de *t* para *d* faz surgir a palavra *vida* (20).

5.º - Os topónimos mantêm-se muitas vezes inalterados, desde muito provavelmente um substrato latino, até aos nossos dias. Eis alguns exemplos: o rio *Have* (V (870) 5); e no DC X (883): *Bailar* (5), *Pavia* (5), *Canas* (5), *Parrellas* (6); mais frequentes ainda no DC XII (897): *Mondego* (28), *Quiaios* (28), *Bigas* (30), *Gondomar* (36), *Valongo* (37) - e em terras da actual Galiza: *Carnota* (15) e *Nemancos* (16).

6.º - Os antropónimos apresentam-se evoluídos desde 870: *Cartemiro* (DC VI (870) 2); *Arguiro* (3) e *Vistremiro* (3); são também frequentes no DC VIII (875): *Sancio* (4 e 29) - que tem sido lido como o nome do presbítero *Santom* ou *Santo*, quando afinal é apenas a grafia então possível de *Sancho!* -, *Astufó* (30), *Belza* (31), *Moabar* (31), *Ramiro* (32), *Ubeco* (32).

7.º - Não queremos deixar de registar expressões evoluídas que provam (pela sua repetição) uma forma "romance" constante: *isto que* (DC V (870) 30), *de que isto* (VII (874) 5), *de isto que* (XII (897) 42, 44, 45); em 870: *-fonte de Salmegia* (VI (870) 12), *per casal de Lovegildo et inde per rego qui decorret a casa de Trasmondo* (16-17).

Esta breve amostra basta para demonstrar que, quando lidos criticamente e com demorada atenção, os nossos mais antigos documentos datados e autênticos, após a invasão árabe, apresentam, desde 870 até ao fim do século IX, provas suficientes de que então o povo do actual território português falava já uma língua bem diferenciada do Latim. Estes *alloramentos do Português* são como que os primeiros vagidos de uma nova língua em formação que se encontrava então ainda no seio da madre latina. Desde a

primeira hora se pode aplicar o dito de Camões quanto ao Português (*Lusíadas*, I, 33):

*E na língua, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina.*

Os Forais

Em pólo cronológico quase oposto se encontra o *Latim dos Forais*. Estes, como cartas de alforria, direitos e privilégios concedidos às povoações disseminadas por todo o território, difundiram-se com uma redacção latina peculiar, desde o século XI ao século XIV.

O latim dos forais, diplomas que foram largamente emitidos sobretudo em Espanha e Portugal, merece também o atento estudo dos medievalistas latinos. Por isso, não podemos nós deixar de lado os seus textos, a principal fonte dos quais continua a ser o volume das *Leges et Consuetudines*, editado por Alexandre Herculano, em Lisboa, em 1856, integrado na famosa colecção dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

Faz muita falta um Dicionário Latino com o Vocabulário dos Forais. De facto, mesmo os Dicionários de Latim Medieval deixam de lado inúmeras palavras que se encontram nos forais em latim. Os melhores instrumentos de trabalho de que para este efeito dispomos, ainda são os Dicionários Etimológicos das Línguas Românicas, os Dicionários de Português e do Castellhano Arcaicos, sendo imprescindível ter sempre à mão o substancial *Elucidário* de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo.

É certo que muitos estudos de forais latinos, tanto de Espanha como de Portugal, têm, por vezes, em apêndice, um *índice de vocábulos*. Trata-se, no entanto, compreensivelmente, só das palavras que se encontram naquele foral em causa. O mesmo método tem de adoptar-se e intensificar-se entre nós, ampliando-o, quanto possível - para o estudo etimológico e histórico.

O *Latim dos Forais*, para além de um breve formulismo notarial, tem muito interesse para a compreensão do vocabulário usado nos séculos XI a XIV na administração pública; entre as autoridades militares, judiciais e eclesiásticas; na demarcação dos estratos sociais das populações; nos usos e costumes; na vida agrícola e comercial do tempo; nas profissões e funcionalismo; na aplicação da justiça; nos pesos, medidas e moedas em uso, etc. etc.

De modo particular, os Forais, mesmo com o seu latim tantas vezes estropiado, são um auxiliar precioso da prosopografia – contribuindo para identificar e acompanhar a vida de muitas personagens – e para a geografia. Pode dizer-se que, como quase todo o território está coberto por forais emitidos pelos reis, pelas autoridades eclesiásticas, pelas ordens religiosas e militares ou por simples particulares, a toponímia de cada região se encontra abundantemente documentada em vocábulos latinos, alatinados e, frequentemente, inteiramente portugueses. Um Dicionário de Português Arcaico, que está ainda por fazer pelos linguistas modernos, não poderá prescindir dos documentos notariais e dos cartulários, bem como do exame aprofundado dos forais latinos onde, por vezes, os nomes próprios e comuns estão registados em autêntico Português ou escondidos sob formas pretensamente latinas, muito antes de o Português ser utilizado, como língua oficial. O primeiro documento em Português é o testamento de D. Afonso II, datado de 27-VI-1214, como provou o Cónego Doutor Avelino de Jesus da Costa.

Em nossa opinião, enquanto os primeiros escrivães dos documentos notariais dos séculos IX e X, quando pegavam na pena pensavam ainda em latim como língua oficial e de cultura e só ocasionalmente deixavam emergir os *afforamentos do português*, mais tarde os chanceleres e notários dos forais dos séculos XI a XIV encontravam-se perante uma situação mental pensada em português e que era redigida num latim oficial, mas sem preocupações de maior quanto ao registo de palavras portuguesas que não sabiam traduzir para latim, dando-lhes por isso formas alatinadas ou escrevendo-as mesmo em português.

Para não deixarmos este ponto sem qualquer exemplo, consideremos alguns nomes comuns do *Foral da Egitania* (actual Idanha-a-Velha), de 1229 (*Leges et Consuetudines*, p. 613-616): *apelidus*, *cabalarío*, *deitatus* (no sentido de "deitado fora!"), *fossatum*, *infãnciones*, *mentirosus*, *porras*, *portagium*, *scancianus*, *tenda* – os quais, como tantos outros, quase não precisam de tradução, mas apenas da compreensão do conceito.

Do mesmo modo, quem conhecer a região entre Monsanto, Alpedrinha e Castelo Branco, não terá dificuldade em localizar estes topónimos: *Almortom*, *Alpreada*, *Aravil*, *Calçada de Alcantara*, *fonte de Caniza*, *Mata*, *Ribeyro Mourisco*, *Ponsul*, *Proencia*, *Taaveyrol*, *rio Tortel*, *Vallongum*. Devemos prevenir, todavia, que nem todos os vocábulos são tão fáceis como estes! Surgem autênticos «bicos de obra» e casos sem solução...

Livro Verde da Universidade de Coimbra

Não queremos abandonar a referência ao Latim Medieval dos documentos notariais sem breves considerações sobre o *Chartularium Vniuersitatis Portugalensis*, obra monumental compilada pelo Prof. Artur Moreira de Sá, de que já saíram 11 volumes, abrangendo documentos desde 1288 até 1520. Um dos núcleos importantes do *Chartularium* é constituído pelo *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, de que possuímos hoje duas transcrições completas, a de Rocha Madahil e a de Maria Teresa Nobre Veloso. Temos aqui uma fonte preciosa não só para a História da Universidade, mas também para a História da Cultura Medieval em Portugal.

A qualidade do seu Latim é muito variável. É certo que, no geral, os documentos são redigidos por notários oficiais – do Rei, do Papa, das Congregações Religiosas – e por pessoas de formação académica regular. Nos seus textos não faltam linhas de halo literário, sobretudo na arenga, colocada no princípio da narrativa para fundamentar com fontes bíblicas ou canónicas, ou da simples filosofia do bom-senso, a necessidade das decisões a tomar. Porém, a força dos hábitos tabeliônicos e, forçosamente, as falhas dos copistas e editores dão lugar a passos vulgares e por vezes incompreensíveis.

Apresentamos apenas alguns exemplos comprovativos da necessidade de uma análise filológica e do estabelecimento de um texto crítico de cada documento, citando a *Súplica de 12 de Novembro de 1288*, pela qual 27 eclesiásticos se queriam dirigir ao Papa para lhe pedir licença de aplicar parte das rendas das suas igrejas no pagamento dos salários dos professores da Universidade, instituição que eles próprios já haviam tomado a iniciativa de pedir ao Rei D. Dinis para a fundar, baseados em razões que a ambos expuseram.

Pois este documento, cujo original se perdeu, de que existe só a cópia manuscrita do *Livro Verde* e que já foi muitas vezes editado, a partir de uma leitura paleográfica por vezes apressada, nunca foi examinado com o rigor da crítica textual latina. A partir das comemorações do VII Centenário da Universidade (1290-1990), nós demos a *Súplica de 1288* em três cursos de Latim Medieval. E sempre pudemos melhorar a compreensão do seu texto...

A forma do livro Verde *Lauriã* chega a aparecer sob a grafia *Louredô* (em Leitão Ferreira), quando o sinal de abreviatura sobre os dois grafemas *ĩã* permite perfeitamente a transcrição *Lauriniãna*, única que corresponde à já então notável vila da *Lourinhã*. Mais surpreendente é que entre os subscritores das rendas da Universidade se encontre uma igreja que Frei Francisco

Brandão transcreveu por *Saucta* que outros editores desdobraram em *Scavem* (T. Veloso) e *Sacavém* (*Chartularium*). Afinal, um exame atento do modo como o copista do Livro Verde escreve o *S* e o *O* maiúsculos obriga antes a transcrever *Orã* e a desdobrar para *Orana* ou mesmo *Oriana*. Sendo assim, a honra de subsidiar as cátedras da primitiva Universidade em Portugal não pertence, entre outras, a Sacavém, mas antes à igreja de Santa Maria do Castelo de *Ourém!*

Todos nós sabemos que as cópias (e até os nossos originais!) estão sujeitas ao «salto» de uma palavra. Os subscritores da Petição de 1288 argumentam que a Universidade é necessária em Portugal para a formação de clérigos, os quais, até então, ou tinham de ir para o estrangeiro ou eram «forçados» (*inuiti*; e não *invicti*, como escreve o Livro Verde!) a ficar leigos. Neste contexto a conclusão só pode ser: «e convém que eles *não* se afastem do seu bom propósito». Pois o copista «saltou» a negativa *non* e deixou passar, como todos têm transcrito até agora; *et oportet eos recedere a ssuo bono proposito*. É evidente que o original teria de ter: *eos <non> recedere*.

Outras correcções se impõem ao manuscrito do Livro Verde, algumas das quais já foram judiciosamente feitas por alguns editores deste documento. Entre elas encontra-se *seriatim*, em vez da cópia do LV: *sireatim!* Num outro erro nenhum dos editores reparou até ao presente: a despropositada forma *precium*, que, morfologicamente, só pode ser um neutro, donde proveio o português *preço*. Ora a Súplica diz que todas as razões que urgiam a fundação da Universidade já os peticionários as tinham transmitido ao Rei *cum nimia precium instantia*, circunstância de «modo», que só pode significar *com grande insistência de pedidos*. Nestas condições, *precium* (singular neutro) tem forçosamente de ser corrigido para *precum*, o genitivo do plural de *prex*, *precis*: prece, súplica, pedido.

E o que se passa com este primeiro documento que nos fala da fundação da Universidade em Portugal, acontece com quase todos os outros. Nós experimentámos a necessidade de estabelecer previamente um texto crítico quando, para o VII Centenário da Universidade, tivemos de traduzir, pela primeira vez, a Carta de Privilégios de D. Dinis e de transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, datada de 15 de Fevereiro de 1309, e os Estatutos iniciados em Lisboa a 16 de Julho de 1431.

II PARTE

HISTÓRIA DA LITERATURA EM LATIM NA IDADE MÉDIA EM PORTUGAL

O *início* do latim literário escrito em Portugal pode dizer-se que coincide com o século XII, desde os tempos do Condado Portucalense, fundado em 1096.

Mais difícil é marcar um limite para o *fim do Latim Medieval*. Aliás, o *final da Idade Média* é objecto de larga controvérsia entre os historiadores. M. D. Chenu chamou a Abelardo (1079-1142) «o primeiro homem moderno» pela força da sua individualidade e do seu sentimento. De igual modo, há quem considere o movimento espiritual organizado contra o Papa João XXII por Miguel de Cesena, Guilherme de Ockham e Bonagratia de Bérghamo, que culminou com a sua fuga de Avinhão, a 26 de Maio de 1328, como o princípio da Idade Moderna. Dante (1265-1321) tem sido chamado «o último poeta da Idade Média e o primeiro poeta moderno». A Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375) ninguém hesita em os colocar entre os primeiros humanistas. Na História Geral, o fim da Idade Média ora é assinalado pelo ano de 1453, com a queda de Constantinopla nas mãos dos Turcos, ora é marcado pela descoberta da América por Cristóvão Colombo, em 1492. Os grandes comentadores da Escola de Bolonha, Cino de Pistoia (1270-1336), Bártolo de Sassoferrato (1314-1357), Baldo de Ubaldis (1327-1400) e Jason de Mayno (1435-1519), por saberem conciliar o *ius romanum* com o *ius proprium*, foram chamados «arquitectos da modernidade europeia». O *Lexikon des Mittelalters* propõe-se estudar temas e autores até 1500, mas ultrapassa esta data em muitos casos. E. B. Schmeidler, no seu livro *Das spätere Mittelalter von den Mitte des 13.^o Juhrh. Bis zum Reformation*, alarga a Idade Média Tardia desde 1250 até 1550.

Não é mais fácil saber *quando termina a Idade Média entre nós* e principia o Renascimento. António José Saraiva, em *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, estuda em pormenor o período desde D. Afonso III (1245-1279) ao Infante D. Pedro (1437-1449). Já o Cón. Prof. José Marques alarga a nossa Baixa Idade Média desde D. Dinis (1279-1325) até ao Tratado de Tordesilhas (1494). Dagoberto Markl considera como Primeiro Renascimento Português os reinados de D. João I (1385-1433) a D. João II (1481-1495). Maria Amélia Machado Santos, bem como António Domingues de

Sousa Costa, dizem que desde os primeiros anos do século XV vivemos a primeira renascença portuguesa. Já Albrecht Haupt entende ligar as origens do Renascimento em Portugal ao Infante D. Henrique e suas façanhas.

A opinião mais generalizada radica em Oliveira Martins que apresenta os «filhos de D. João I» e concretamente a Corte de D. Duarte (1433-1437) como «já uma corte da Renascença». J. V. de Pina Martins alarga para as Cortes de D. Duarte e de D. Afonso V (1449-1481). Manuel Rodrigues Lapa, A. J. da Costa Pimpão e J. Veríssimo Serrão insistem em que Afonso V é ainda um «rei medieval pelas tendências do seu espírito», mas também «o primeiro rei imbuído do espírito do Renascimento». Tem-se procurado mesmo um «introdutor do Renascimento em Portugal» e D. Markl dá este título ao pintor Nuno Gonçalves, cuja actividade se estende de 1450 a 1491.

Alexandre Herculano dizia que o *Renascimento em Portugal* é o período que vai da segunda metade do século XV à segunda metade do século XVI; mas Luís Filipe Barreto prolonga o nosso Renascimento entre meados do século XV e as décadas 20 e 30 do século XVII. Mais restrito é o âmbito marcado pelos Segréis de Lisboa que estabelecem como limite entre a Música do Renascimento e do Maneirismo os anos de 1480 e 1600. Não anda longe destas datas Pedro Dias, quer quando estuda a transição do Gótico para a Renascença entre 1490 e 1540, quer quando diz que «com a subida ao trono de D. Manuel, uma nova era se inicia na vida do povo português» e que «o ano de 1500 não pertence mais à Idade Média». Baseado também em critérios de arte, Guido Batelli definiu Andrea Nicolò Sansovino como «o introdutor do Renascimento em Portugal» - artista italiano que viveu entre nós de 1492 a 1504. Mas, como já foi observado, a maioria dos «primitivos portugueses» foi pintada até 1520, sendo só na quarta época da sua obra (1535-1542) que Vasco Fernandes latiniza o seu nome para *Valascus*.

Restringindo-se ao Humanismo literário e, mais ainda, ao Humanismo Latino do Renascimento, o *Prof. Dr. Américo da Costa Ramalho* tem procurado demonstrar, com pleno êxito, que o Humanismo não chegou só a Portugal com os professores estrangeiros do Colégio das Artes (1548), nem com a vinda dos mestres Clenardo e Vaseu (1533), nem com o regresso de Sá de Miranda, da Itália (1524), mas que linha sido implantado entre nós na geração anterior. Repetidamente tem escrito e provado que «o início do Humanismo em Portugal data da chegada de Cataldo Parísio Sículo ao nosso País», onde já estava em 1485. A sua antologia de *Latim Renascentista em Portugal* inicia-se com o discurso proferido, em Roma, pelo Bispo de Évora

D. Garcia de Meneses, a 31 de Agosto de 1481. E nesta mesma obra afirma que, na carta escrita no fim de 1499 ou em Janeiro de 1500 a D. Fernando de Meneses, o italiano Cataldo «faz a primeira defesa, entre nós, do latim literário, o latim dos humanistas».

Resumindo as posições actuais, Luís de Sousa Rebelo escreve: «Os primeiros indícios do Humanismo em Portugal encontram-se nos livros: *Opera* (1500) de Cataldo Sículo; *Noua Grammatices Ars* de Estêvão Cavaleiro [1516] e na *Epistola Plinii* (Lisboa, 1529) de Martinho de Figueiredo. Todos eles escritos em latim, de acordo com o signo do tempo, trazem um leve grão de modernidade que contrasta com a tradição medieval. Os dois últimos sobretudo, porque de autoria portuguesa se trata, merecem especial atenção».

Em consequência de toda esta diversidade de opiniões, nos nossos cursos de Latim Medieval temos estudado também com especial cuidado os escritos latinos do século XV. Na primeira metade do século XV é muito difícil poder provar-se que um português escrevia habitualmente Latim com estilo, ideias e espírito do Humanismo Renascentista. A partir de 1460, com a obra de Mateus de Pisano, *De Bello Septensi*, principia uma *época de transição*, que inclui os reinados de D. João II (1481-1495) e de D. Manuel (1495-1521). Nestas décadas, à medida que o tempo avança, diminuem os medievais e vão aumentando os renascentistas. É a geração dos introdutores do Humanismo Renascentista. Com a subida ao trono de D. João III (1521-1557) dá-se o triunfo geral do Humanismo em Portugal. O novo Rei teve o cuidado de contratar para professores dos Infantes seus irmãos (D. Henrique, D. Afonso e D. Duarte) apenas humanistas - todos de muito bom nível: Lourenço de Cáceres, Aires Barbosa, André de Resende e Nicolau Clenardo. O Latim Medieval não aparecerá mais senão em algum tratadista (filósofo, teólogo ou liturgista). Era o triunfo do Humanismo Latino.

GÉNEROS LITERÁRIOS E MATÉRIAS VERSADAS EM LATIM

149

Para podermos dar uma ideia da enorme quantidade de textos e autores em Latim na Idade Média em Portugal, parece-nos vantajoso agrupá-los por géneros literários e pelos principais temas. Incluímos os autores de origem portuguesa e também os estrangeiros que escreveram ou estiveram em Portugal. Vamos, pois, apresentá-los pela seguinte ordem: - historiografia, hagiografia, relatos de viagens, oratória, epistolografia, direito, filosofia, medicina, con-

trovária religiosa, liturgia, gramática, longos epitáfios em prosa, poesia em métrica quantitativa e em métrica intensiva, epitáfios em verso.

I - PROSA

I - Historiografia

- A par das brevíssimas *Crônicas* escritas após a invasão árabe em Espanha, existem também crônicas paralelas redigidas em Portugal e conservadas em diversos manuscritos, donde lhes provieram os títulos de *Chronicon Conimbrigense*, *Chronicon Gothorum*, *Chronicon Laurbanense*, etc. Pierre David fez um estudo crítico e editou todos estes *Cronicões* sob o nome de *Annales Portugalenses Veteres*. José Matoso pensa que um *I grupo*, com notícias desde 987 até 1079 foi escrito em Santo Tirso; que um *II Grupo*, com notícias até 1111 foi redigido em Grijó; e que um *III Grupo*, até 1168, terá sido escrito em Santa Cruz de Coimbra.

- Especial interesse merece o chamado *Livro da Noa* ou *Livro das Eras* de Santa Cruz porque, além dos textos latinos paralelos aos anteriores, contém notícias até ao tempo de D. João I, sendo já em português a maior parte das referentes a D. Dinis e posteriores.

- O primeiro relato literário de valor histórico é o *De Expugnatione Scalabis (A Conquista de Santarém)*, escrito provavelmente pouco depois de 15 de Março de 1147, em Santa Cruz de Coimbra, tomando, como modelo fictício, o estilo de uma acta de uma reunião na Sala do Capítulo (segundo a nossa opinião). António José Saraiva e L. F. Lindley Cintra procuraram aqui vestígios da existência de uma poesia épica em Portugal.

- Temos seis relatos latinos da Conquista de Lisboa, em 1147, escritos por cruzados. Os mais longos são o *De Expugnatione Lisbonensi*, dirigido pelo inglês Ranulfo de Granville a Osberto de Bawdsley; e a *Epistola Arnulfi ad Milonem episcopum Morinensem*, em que o capelão Arnulfo conta ao seu bispo, o de Artois (Pas de Calais) a conquista de Lisboa.

- Da autoria de um cónego regrante de Lisboa é o *Indiculum Fundationis Monasterii Sancti Vincentii*. Foi escrito em 1188, quando já só havia duas testemunhas da conquista de Lisboa e da fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora, por D. Afonso Henriques. O autor possuía boas técnicas literárias.

- Há uma *narração latina da conquista de Silves*, em 1189, a qual foi redigida por um cruzado, sacerdote de origem germânica, talvez em 1191.

- Também ao séc. XII é atribuído um *Exordium Monasterii Sancti Johannis de Tarouca*. Porém, a correspondência transcrita entre S. Bernardo e Frei João Cirita e o abuso do maravilhoso fazem suspeitar à crítica moderna de que se trate de uma falsificação redigida por Frei Bernardo de Brito. Apenas será autêntico o último documento da doação e fundação, sob a autoridade de D. Afonso Henriques.

- Se alguém quiser apreciar o género da falsificação literária indubitável, leia também, atribuída a esta época, a *correspondência entre D. Afonso Henriques e S. Bernardo*, a propósito da fundação do mosteiro de Alcobaça. O falsificador foi, provavelmente, Gaspar Álvares de Lousada Machado.

Outras falsificações existem relacionadas com as origens de Ordens Religiosas. Se apontámos as duas anteriores foi porque a sua verosimilhança conseguiu ludibriar muitos leitores menos informados. Só a crítica histórico-filológica moderna alcançou distinguir o verdadeiro do falso.

- Muito interesse tem, do ponto de vista histórico e literário, o relato *De Victoria Christianorum apud Salado*, escrito em latim muito provavelmente pouco depois de 1340, por uma testemunha presencial, talvez Frei Francisco, capelão de D. Afonso IV de Portugal. O documento fora publicado por D. Frei Fortunato de S. Boaventura, que afirma tê-lo tirado do manuscrito Alcobacence CCCCLVII/actual 124 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Esta remissão está errada. Após persistentes buscas, viemos a encontrar o manuscrito num conjunto de livros vindos de Alcobaça e que se encontram muito deficientemente catalogados. O *De Victoria Christianorum* encontra-se, de facto, no Alcob CDXLVII/BNL Alc. 114, ff. 354r-364v. O seu estudo aprofundado foi por nós confiado, como tese de Mestrado, ao Dr. Manuel Francisco Ramos.

- *Mateus de Pisano* veio da Itália para Portugal para ser mestre de D. Afonso V e passar para latim os feitos dos portugueses. Dele chegou até nós apenas o *De Bello Septensi* em que, em 1460, descreveu a conquista de Ceuta, consumada a 21 de Agosto de 1415. O seu estilo é de boa latinidade. Procura imitar Salústio, construindo muitos discursos na linguagem directa. É este o primeiro tratado em que é constante a qualidade do latim humanístico. Temos da obra uma edição publicada em 1790 pelo abade Correia da Serra e um manuscrito revelado por D. Manuel II, agora guardado na biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa. O exame a que sujeitámos todo o texto revela que

este manuscrito, que é do final do século XV, não é o mesmo que pertenceu ao Marquês de Penalva e que serviu de base à edição de 1790. É, por isso, hoje possível fazer uma edição latina melhor.

- Existe na Biblioteca do Vaticano o manuscrito Vat. Lat. 3634 com o *Martyrium et Gesta Domini Infantis Fernandi, Portugaliae regis filii* que descreve a vida e feitos do Infante Santo, sobretudo desde que, perante o desastre militar de Tânger, se entregou como refém, a 16 de Outubro de 1437. É muito variada a problemática levantada por esta obra. Em nosso entender, o seu autor nem é Frei João Álvares nem Mateus de Pisano (como se tem suposto), mas antes Frei Justo Baldino, dominicano, muito ligado aos príncipes de Avis. O escrito terá sido elaborado por 1469, a pedido da Duquesa de Borgonha, D. Isabel de Portugal, a fim de servir como introdução, em Roma, à causa da beatificação de seu irmão D. Fernando. Distinguimos na redacção dois estilos: o latim hagiográfico, nas partes inicial e final da biografia, com muitas citações da Escritura e tratando já D. Fernando por *Servus Dei*; e um estilo próprio da historiografia humanística, na parte central, em que se descrevem a armada e os combates para a tomada de Tânger (desde 22 de Agosto a 16 de Outubro de 1437). São muito frequentes os discursos em estilo directo. A nosso pedido encontra-se a estudar o *Martyrium et Gesta* o Mestre António Manuel Ribeiro Rebelo, em ordem à sua tese de doutoramento.

2 - Hagiografia

- A *Vila Beati Geraldii*, arcebispo de Braga desde 1095 a 1108, foi escrita pelo seu discípulo e colaborador, o arcebispo da Sé de Braga, D. Bernardo, provavelmente pouco tempo após a morte do Santo. O estilo é marcadamente hagiográfico, com os tópicos comuns deste género, em que se distinguem visões e milagres. O latim representa a renovação das letras, operada com o chamado renascimento do século XII. Tal como S. Geraldo, também o seu biógrafo D. Bernardo era de origem francesa, vindo a ser Bispo de Coimbra de 1128 a 1146. Faz falta uma edição crítica que compare o texto de D. Bernardo com as 9 «lições» do Breviário de Braga.

- *Vita Sancti Martini Sauriensis* é o título dado a um Fragmento do Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Martinho exercia a sua função pastoral em Soure, em nome da Sé de Coimbra, quando, em combate, foi levado como refém pelos Mouros, acabando por morrer, vítima dos sofrimentos, em Cór-

dova, a 31 de Maio de 1145. O autor da *Vita* é Salvato, que fora seu coadjutor. A obra é dedicada a D. Mendo, irmão e sucessor de Martinho, em Soure. É surpreendente o domínio do latim e do estilo hagiográfico revelado por Salvato, certamente formado na escola da Catedral de Coimbra. O conteúdo tem sido muito utilizado pelos historiadores da Reconquista cristã «in extrematuris».

- *Vita Telonis notitiaque foundationis monasterii Sanctae Crucis Conimbrigensis* é obra de Pedro Alfardo, um erudito que entrou no mosteiro de Santa Cruz e que, em 1155, começou a escrever a sua história. E por isso teve de principiar pela acção de D. Telo, que, sendo cónego da Sé de Coimbra, aspirava à vida contemplativa. Pedro Alfardo escreve um elegante prólogo, onde revela boa formação literária. Não faltam citações da Bíblia. A documentação anexa à *Vita Telonis* tem sido objecto de discussão dos críticos da História.

- *Vita Sancti Theotonii* é o mais perfeito exemplo da hagiografia latina em Portugal. Teotónio é o primeiro Santo português (c. 1080-1162). Formou-se na Sé de Coimbra, foi Prior na Sé de Viseu, peregrinou duas vezes à Terra Santa e foi eleito primeiro Prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1131. A sua vida foi escrita por um discípulo cujo nome ainda ninguém descortinou. Quanto ao mais, sabe-se que acompanhou o Santo ao longo de muitos anos e, pelo modo como escreve, revela boa formação literária. Cita os Padres da Igreja, a Liturgia e a Bíblia (esta 53 vezes). Domina perfeitamente a linguagem teológica, monástica e as técnicas hagiográficas. Formado sem dúvida ou na Catedral de Viseu ou em Santa Cruz, o seu latim revela o bom nível das escolas que frequentou.

- S. Rosendo nasceu em Sá, Monte Córdova, actual freguesia de S. Miguel do Couto, concelho de Santo Tirso, em 907, e depois de ter exercido o episcopado, de ter governado temporariamente parte da Galiza e de ter fundado o mosteiro de Celanova (perto da fronteira do Minho) aí foi abade e faleceu a 1 de Março de 977. Pouco antes da sua canonização, em 1172, foram escritos por Frei Estêvão os *Facta et Miracula Sancti Rudesindi*, de que subsistem actualmente apenas o breve prólogo e os capítulos 1-6. Esta biografia foi utilizada, com novos materiais, por Frei Ordonho, entre 1172 e 1189, na *Vita Sancti Rudesindi Episcopi*, a qual, na sua versão presente, contém anexos os relatos de 42 milagres. É opinião corrente que apenas os primeiros 20 milagres fazem parte da redacção original. Os 10 seguintes são da pena de outro autor; e os restantes 12 foram sendo acrescentados, pelos anos fora, em

nossa opinião, por mais três redactores, os quais ainda deixaram o livro em aberto. O estilo de Frei Estêvão é bem distinto do de Frei Ordonho. Ambos, bem como os restantes redactores dos últimos milagres, se adaptam perfeitamente ao estilo hagiográfico.

- A freguesia de Santa Senhorinha de Basto, bem como todo o Concelho de Cabeceiras de Basto, celebram todos os anos, a 22 de Abril, a sua padroeira. Conhecemos a sua vida através de três relatos: I - *Vita Beatae Seniorinae Virginis*, escrita depois de 1130, provavelmente por um monge do vizinho mosteiro de Refojos de Basto. II - *Alia Sanctae Seniorinae Vita* é mais breve, mas acrescenta novos elementos. Foi escrita por volta de 1200, pois conta um milagre realizado no príncipe D. Afonso II de Portugal. III - Da *Legenda Sanctae Seniorinae* não conhecemos senão o princípio e o fim. Foi seu autor Frei Vasco Martins. Possuímos, no entanto, uma *Vida e Milagres de Santa Senhorinha em português antigo* que é, em boa parte, uma tradução da *I Vita*, mas lhe acrescenta elementos próprios e 10 novos milagres. Contemporânea e parente de S. Rosendo, teve Santa Senhorinha biógrafos que se deixaram enredar mais pelo domínio da fantasia do que os anteriormente citados. Além disso, pensamos que os textos latinos actuais foram copiados e levemente retocados já na época renascentista, como o deixam supor certos vocábulos latinos e até gregos.

- S. Vicente, mártir em Saragoça no ano de 304, viu as suas relíquias transferidas de Sagres para Lisboa no ano de 1173. Pouco depois dessa data escreveu Mestre Estêvão, cónego da Sé de Lisboa, a *Translatio et Miracula Sancti Vincentii*, onde o autor revela boa cultura e narra 24 milagres. Tempos depois, um outro escritor, cujo nome se desconhece, utiliza, em parte, o prólogo de Mestre Estêvão, copia os milagres por ele narrados e acrescenta-lhes mais 9 novos milagres, os quais são situáveis entre 1203 e 1248. Esta nova colecção de *Miracula Sancti Vincentii*, embora se encontre num manuscrito do séc. XIV, tinha-se perdido, até que, por 1983, foi descoberta e depois estudada pelo P.^o Doutor Aires Nascimento e pelo Dr. Saul António G.C. da Silva. Devemos ter ainda presente uma outra trasladação de parte das relíquias de S. Vicente para Braga, por ordem de D. Afonso Henriques, em 1176, cujo relato se encontra inserido no chamado Breviário de Soeiro, ff. 217v-218.

- A *Legenda Quinque Martyrum Morochii*, embora trate de cinco franciscanos italianos, não pode deixair de nos interessar, porque as suas relíquias foram trazidas pelo Infante D. Pedro para Coimbra, após o seu martírio em

Marrocos, em 1220. E em Coimbra permanecem, no mosteiro de Santa Cruz. A autoria do texto mais longo tem sido atribuída a D. Mateus, bispo de Lisboa (1258-1282). Há um outro texto breve adaptado a «9 lições» no mesmo manuscrito de Santa Cruz (n.º 29), agora com o n.º 52 da Biblioteca Municipal do Porto.

- Não podem deixar de nos interessar as *Vitae Sancti Antonii Olisiponensis*, nascido por 1191 a 1195 e falecido a 13 de Junho de 1231. A chamada *Vita Prima* ou *Assidua* (por principiar por esta palavra) é obra de um franciscano italiano, anónimo, o qual, para os elementos relativos a Portugal, teve como informadores o Bispo de Lisboa, D. Sociro, e outros portugueses. A *Assidua* foi escrita, provavelmente, por ocasião da canonização de Santo António, em Maio de 1232. Pouco depois, por 1235, foi escrita, também por autor italiano desconhecido, a *Legenda Secunda* ou *Versificata*.

- Existiu no século XIII uma *Vita Beati Gili Sanctarenensis*, que no convento dominicano de Santarém se conservou pelo menos até ao século XVI e depois se perdeu. Desconhece-se ao certo o nome do seu autor, o qual Frei Luís de Sousa trata por *Pedro Pais*. Também Frei Baltasar de S. João, em 1537, escreveu outra *Vita Beati Gili Sanctarenensis*. Há, porém, ainda outra, contemporânea de Frei Gil: é a que se encontra nas *Vitae Fratrum de Humberte de Ramans* (Parte IV, capp. 3, 5, 16), publicadas por Gerardo de Frachet. Não é sistemática, mas caracteriza bem Frei Gil.

- Frei Gil de Santarém, onde faleceu em 1265, nascera em Vouzela cerca de 1185-1190. Colaborou activamente, escrevendo *Narrationes nannulae de fratribus Ordinis sui Hispanis et Lusitanis pietate et miraculis claris in librum De Vitis Fratrum*. Estes relatos e minibiografias encontram-se nas partes IV, cap. V, 6; XXV, 5; Parte V, cap. III, 6 (8 relatos); cap. V, 6 e 7 (2 relatos); e Parte V, cap. IX, § 1 (sobre *Frei Paio de Coimbra*) e § 2 (sobre *Frei Pedro Gonçalves*, isto é, s. Telmo). São pelo menos 12 relatos atribuídos a Frei Gil de Santarém, que era o Provincial dos Dominicanos em Portugal e Espanha; e por isso foi solicitado a enviá-los ao Geral da Ordem, Frei Humberto de Romans.

- *Passio Sanctorum Verissimi, Maximae et Iuliae* é um relato feito sobre tradições anteriores, que se encontra na Biblioteca Pública de Évora, cod. CV/1-23 d., parte em latim e parte em português, feito no século XIV. Estes três Santos, naturais de Lisboa, segundo a tradição, sofreram o martírio sob Diocleciano, em 302.

- *Lições históricas dos Breviários medievais.* Não obstante a falta de sentido crítico de algumas das «lições» ou leituras de carácter histórico do ofício de Matinas, valerá a pena percorrer os Próprios das Dioceses Portuguesas e investigar quais remontam à Idade Média: vidas de Santos, trasladações de relíquias, consagração da catedral, etc. Os nossos Breviários mais antigos são os de Braga, de Santa Cruz, de Alcobaça, de Évora e Lisboa.

3 - Relatos de Viagens

- Na vida de *D. Telo*, bem como na de *S. Teotónio* fazem-se largas referências às suas viagens à Terra Santa.

- Do mesmo modo, a implantação dos Dominicanos em Portugal, a partir de 1220, dá lugar a referências às passagens de *Frei Sueiro Gomes* por vários países da Europa e por diversas localidades portuguesas, com a protecção da família real.

- Tem o nome *De Ministerio Armorum* e também de *Livro de Arautos*, bem como (em nosso entender) lhe seria apropriado o de *De insigniis et Armis* (cf. o texto de 2 a 16), um volume escrito por um leigo, natural de Lamego e cujo nome é desconhecido, o qual pretendeu servir de orientação aos delegados portugueses ao Concílio de Constança, onde chegaram a 1 de Junho de 1416. O Anónimo de Lamego viajou largamente pela Europa e descreve também todas as províncias de Portugal. O seu latim é chão e raramente tem interesse literário. É nítido que o mestre de arautos pensa em português, mas pretende continuar a escrever em latim.

- Para o casamento de D. Leonor, filha de D. Duarte, que se realizou em Lisboa em 1452, com o imperador Frederico III da Alemanha, veio uma luzida embaixada a representar o imperador. O capelão *Nicolau Lanckmann de Valckenstein* escreveu, a esse propósito, um *Diário de Viagem*, onde tudo descreve em pormenor, inclusive as terras de Portugal por onde passou e os prolongados festejos populares realizados em Lisboa. A qualidade do latim é puramente descritiva, sem preocupações literárias.

- É também alemão o autor do *Itinerarium sive peregrinatio Hieronimi Monetarii de Feltkirchen*, o qual, sendo médico, resolveu, por ocasião de uma epidemia em Nuremberga, fazer uma viagem a Espanha e Portugal, em 1494. Vinha bem recomendado pelo Imperador Maximiliano I, filho de D. Leonor de Portugal. Por isso, foi bem recebido por D. João II. Além das suas impressões das terras e das pessoas, obteve conhecimentos sobre as conquistas e as

armas usadas pelos portugueses. O seu interesse pelos descobrimentos levou-o a escrever também o *De Inventione Gence per Infāntem Henricum Portugalliae*. Não obstante a sua graduação académica e o alto nível das suas relações sociais, o latim de Jerónimo Münzer é «fraco», no dizer do Prof. Costa Ramalho.

4 - Oratória

- *Santo António de Lisboa*, de Coimbra ou de Pádua, onde é simplesmente *Il Santo*, nasceu em Lisboa por 1191 a 1195, estudou em Lisboa e no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se ordenou sacerdote em 1220, como Cónego Regrante de Santo Agostinho. Levado pela paixão missionária, entrou na Ordem dos Franciscanos, recebendo de S. Francisco a missão de ensinar os «irmãos». A sua oratória arrebatava as multidões, sobretudo no Norte da Itália e Sul da França. Possuímos actualmente uma edição crítica dos seus 77 *Sermones Dominicales et Festivi* e também uma cuidada tradução portuguesa. Sendo essencialmente um orador sagrado, muitíssimo versado nas Sagradas Escrituras - o papa Gregório IX chamou-lhe *Arca Testamenti* e também *Scriniū Scripturarum* - os seus sermões são objecto das mais atentas análises de teólogos, filósofos, naturalistas e linguistas. O seu latim é sempre cuidado. Falecido a 13 de Junho de 1231 e canonizado logo a 30 de Maio de 1232, decorreu neste ano de 1995 a comemoração oficial do 8.º Centenário do seu nascimento. As actas deste Congresso e de outros anteriores mostram a actualidade dos escritos de Santo António e a variedade de interesses especializados que sempre tem despertado.

- S. *Frei Paio de Coimbra* aqui nasceu e aqui entrou na Ordem Dominicana, de cujo convento foi eleito Prior por 1229. Esteve em Bolonha e em Inglaterra e participou activamente na vida pública do seu tempo, inclusive na causa favorável à deposição de D. Sancho II (1245). Um manuscrito de Alcobça, copiado em 1250, fornece-nos ora o título, ora o sumário ora o texto completo de 406 Sermões, sob a rubrica de *Summa Sermonum de Festiuitatibus*. É um pregador de índole mais acessível que Santo António de Lisboa, o qual já constituiu o tema de dois dos sermões de Frei Paio. O seu culto e a sua efígie está ainda hoje bastante divulgada em toda a região do Mondego. Em Coimbra, na fachada do antigo Colégio dominicano, agora adossada ao Museu Machado de Castro, do lado do Largo de São Salvador, lá se vê, a par

de S. Tomás e de S. Gonçalo de Amarante, a sua imagem com a legenda *Diuus Pelagius Conimbricensis*.

- *D. João de Cardillac* foi arcebispo de Braga de 1361 a 1371. Nessa qualidade proferiu quatro sermões de que possuímos o texto latino: 1.º - no Sínodo Diocesano celebrado no mosteiro de Pombeiro, na segunda-feira depois da sexagésima do ano de 1364; 2.º - no Sínodo Diocesano celebrado no Couto de Cambezes, na segunda-feira depois do Domingo *in albis* de 1366; 3.º - em Astorga durante a visita ao seu sufragâneo, na festa da Natividade de Maria, a 8 de Setembro; 4.º - sermão proferido em Alcobaça, durante as exéquias oficiais de D. Inês de Castro, talvez a 2 de Abril de 1362. Usando de uma retórica acessível, baseia-se na interpretação alegórica da Bíblia.

- *Frei Afonso de Alprão*, natural de Santarém, foi franciscano e frequentou a Universidade de Bolonha, onde já «lia» como bacharel em 1397. Nesse ano publicou a sua *Ars Praedicandi*, um género didáctico auxiliar da oratória sacra, muito divulgado na Idade Média. É a mais interessante obra do género publicada em toda a Península Ibérica. Frei Afonso de Alprão veio a desempenhar altas funções na sua Ordem, em Portugal e em Roma, e exerceu em Portugal, a partir de 1413, o cargo de Inquisidor e, desde 1417, o de confessor de D. João I. O latim da sua *Ars Praedicandi* corresponde aos modelos didácticos da Escolástica.

- Em nome de D. João I, apresentou a *embaixada portuguesa ao Concílio de Constança*, no dia 5 de Junho de 1416, o Dr. Gil Martins. No seu discurso, justificou o atraso da chegada dos portugueses com o empenhamento do rei na conquista de Ceuta (a 15 de Agosto de 1415). Tomando um passo bíblico como tema (*Ben Sirá* 27, 12) tece à volta dele o elogio de Portugal e a importância da conquista, em África, para afastar o perigo que os turcos constituíam para a Cristandade.

- D. Duarte enviou também uma *embaixada ao Concílio de Basileia* nos anos de 1436-1437. Dela faziam parte os oradores latinos Vasco Fernandes de Lucena e Diogo Afonso de Mangancha. A representação portuguesa teve um desempenho atribulado. D. Luís do Amaral ficou sempre em Basileia e apoiou, em 1439, o antipapa Félix V. Pelo contrário, D. Antão Martins de Chaves foi sempre fiel ao Papa Eugénio IV e acompanhou a mudança do Concílio para Ferrara (1437). Fez parte da embaixada pontifícia a Constantinopla, para conseguir a união com os Gregos; foi depois nomeado Cardeal e fixou-se em Roma, onde faleceu em 1447. A acção diplomática e os discursos proferidos nestas circunstâncias encontram-se ainda por estudar.

- *Vasco Fernandes de Lucena* é um erudito espanhol que trabalhou para a corte portuguesa, como tradutor e orador, durante quase 50 anos. A 28 de Julho de 1436 pronunciou uma oração latina perante Eugénio IV, em nome de D. Duarte; em 1450 fazia parte da delegação portuguesa junto de Nicolau V, tendo discursado em nome de D. Afonso V; e em 1485 voltou a Roma para, em nome de D. João II, proferir a *Oratio de Oboedientia*. Só esta é conhecida e está publicada. É, sem dúvida, a melhor peça literária de Lucena.

- Nas missões diplomáticas os discursos pronunciavam-se em latim. Foi assim quando do pedido de casamento da Infanta D. Isabel com o Duque de Borgonha, Filipe-o-Bom: - a 13 de Janeiro de 1429, *Gil de Tournai* (Gilles de Escornay), preboste de Harelbeke, expôs a razão da embaixada, em latim; e logo um doutor português lhe respondeu na mesma língua. Mas destes discursos não possuímos texto latino. Maior projecção adquiriram os 4 discursos em latim que, perante o Rei D. Afonso V, pronunciou, em Dezembro de 1449 e Janeiro de 1450 o *Deão de Vergey, João Jouffroy*, que mais tarde veio a ser bispo de Arras e Cardeal. Em nome dos Duques de Borgonha (e a Duquesa D. Isabel era irmã de D. Pedro e tia de D. Afonso V) vinha pedir insistentemente a reabilitação da memória do Infante-Regente D. Pedro e a magnanimidade para com os seus filhos. Os ânimos estavam ainda muito exaltados com os acontecimentos que culminaram em Alfarrobeira (20-V-1449) e por então nada se conseguiu. Ficaram 4 peças de grande oratória e humanidade.

- Incluímos aqui *Frei Amadeu da Silva Meneses* (c. 1422-1482) que nasceu provavelmente em Ceuta, de que seu pai era o l.^o Governador. Pertenceu ao número dos derrotados de Alfarrobeira, em 1449. Depois fez-se monge jerónimo em Guadalupe, donde passou para os franciscanos, em 1452. Ordenado sacerdote em 1459, concebeu um ideal de maior observância. Fundou vários conventos com regra própria. Foi chamado para Roma, como confessor do Papa Sixto IV (1471-1484). Em Roma escreveu os *Sermones et exhortationes*, a *Apocalypsis Nova sensum habens apertum* e as *Reuelationes speciales Sancti Ioannis Baptistae ad milites et homines*. Parte da sua obra, essencialmente espiritual, continua manuscrita.

- Pelo seu carácter oficial e elevação do estilo têm sido estudadas pelos cultores do Humanismo renascentista as *Orationes* de D. *Garcia de Meneses* (1481) perante o papa Sixto IV; de D. *Fernando Coutinho*, após a eleição do Papa Alexandre VI (1493), *Oratio Oboedientiae* que não chegou a ser proferida porque a armada em que o orador seguia não alcançou Roma; e a do

bispo D. *Fernando de Almeida* que, no segundo semestre de 1493, saudou finalmente o novo Papa, em nome de D. João II.

- Orador sagrado de grande prestígio em Roma foi o capelão do Cardeal D. Jorge da Costa, o professor de teologia *Martinho de Viana*. Em 1494 proferiu os sermões *De Ascensione* e *De Trinitate*; e em 1496 outros dois: *In die Cinerum* e *In resto diui Thomae de Aquino*, todos impressos em incunábulo que não voltaram a ser reeditados. Martinho de Viana vai ser estudado, pela primeira vez como orador e estilista, pelo Mestrando António Barbosa de Amorim.

5 - Epistolografia

Este género literário, apesar de bem definido, apresenta dificuldades de sistematização. De facto, 4 dos relatos da *Conquista de Lisboa* foram redigidos em forma de longas cartas.

Há muitos documentos oficiais que tomam a forma de carta. O *Livro Santo*, após a *Vita Telonis*, inclui cartas várias do papa Inocência II a D. Afonso Henriques e ao Bispo de Coimbra; e outras de Lúcio II e Adriano IV. Por vezes tem-se até contestado a autenticidade destes documentos, sobretudo os referentes a privilégios concedidos a Santa Cruz sobre o «eclesiástico» de Leiria.

Do mesmo modo, são suspeitas as cartas atribuídas a D. Afonso Henriques, quer dirigidas ao Papa quer a S. Bernardo, estas a propósito dos mosteiros de *Tarouca* e *Alcobaça*.

O *Livro Santo* inclui também uma carta de S. Teotónio para o mosteiro de S. Rufo, no sul da França.

Temos como inteiramente forjadas as cartas dirigidas ao abade João Cirita, tido como o fundador dos mosteiros de *Tarouca* e de *Lafões*.

160

Um outro aspecto deve ainda ser considerado. É frequente, no princípio dos tratados e discursos, o Autor escrever uma carta dedicatória a uma personalidade que admira ou que tem como sua protectora. É difícil saber até que ponto estas cartas foram, de facto, enviadas ou são um mero artifício literário.

Damos, por isso, especial importância às cartas de carácter pessoal e que têm todo o aspecto de terem sido intencionalmente escritas para transmitir uma mensagem.

- *De S. Frei Gil de Santarém* (c. 1190-1265) temos apenas uma pequena carta que se encontra no censual do Cabido da Sé do Porto, omitida na edição de João Grave, mas referida por João Pedro Ribeiro.

- *A Summa de Conservanda Sanitate* de *Pedro Hispano* aparece num manuscrito de Londres precedida de uma epistola ao Imperador Frederico II. Se esta carta não merece crédito, já o mesmo não acontece com uma outra dirigida de Roma, a 16 de Maio de 1276, pelo Cardeal *Pedro (Hispano)*, ao *Arcebispo de Braga*, recomendando-lhe que apoie a restituição à Câmara Apostólica da herança do Deão Fernando, falecido sem testamento.

- *Gonçalo Gomes* é também conhecido por *Frei Gonçalo de Portugal* ou *Gonçalo Hispano* ou *Gonçalo de Valbom* (que alguns relacionam com o Porto) ou mais comumente por *Frei Gonçalo de Balboa y Valcarcel*. Viveu cerca de 1250 a 1313. Em 1290 foi provincial dos franciscanos de Santiago, o que incluía Portugal. Foi também ministro geral da Ordem e interveio no Concílio de Viena (1311-1312). Escreveu várias *Epistolae ad ministros provinciales*. Em 1302 regia Teologia em Paris. Escreveu também vários tratados filosóficos e sobre a questão franciscana, a propósito das discussões sobre a Regra. Não o mencionaremos mais, atendendo às dúvidas sobre a sua nacionalidade.

- *D. Frei Álvaro Pais* escreveu várias cartas a personagens da Itália, publicadas por Vittorino Meneghin. Tratam de problemas sobre a discussão do ideal franciscano e da autoridade do Papa. Também o Doutor A. D. de Sousa Costa publicou duas cartas de Frei Álvaro Pais a D. Afonso IV.

- *André Dias de Escobar* (1348-1450), autor de numerosas obras e pessoa de larga convivência na Itália, tem também, no elenco das suas obras, *Epistolae*, a que não tivemos acesso.

- *D. Gomes Aliés* (1383-1459) deixou um volumoso *Epistolário* em grande parte inédito, mas de que conhecemos já alguns fragmentos, graças aos estudos do Prof. Eduardo Borges Nunes.

- *Vasco Rodrigues Garcia de Portugal* (1393-1463) manteve correspondência durante a sua estadia na Itália com círculos humanísticos, entre os quais se contam Gaspar de Bonaoris, Gaspar de Perusa, D. António de Albergatis e Nicodemos Tranquedino. Há neste autor já uma redacção muito cuidada, que o aproxima do latim humanístico.

- *Frei Amadeu da Silva Meneses* (1422-1482) escreveu também várias cartas, algumas das quais já publicadas.

- *D. Jorge de Almeida*, que foi bispo de Coimbra (1483-1543) deixou uma carta latina a Lourenço de Médicis, datada de 3 de Janeiro de 1474.

- *Duarte de Galvão* (1445?-1517), figura de relevo nas letras portuguesas, enquanto viveu na Flandres escreveu, em 1488, uma *Epistola ad Status Brabantiae* e outra *Epistola ad Petrum Damas*, que era conselheiro de Filipe de Kleef.

- *Frei Gomes de Lisboa* já era bacharel em Paris em 1478. Além de uma carta dedicatória a Bartolomeu Bellato, deixou uma carta a Frei Tiago de Marchepallu, datada de 2 de Junho de 1508; e mais duas, sem data conhecida, a Paulo Ricci e a Tomás Radini-Tedeschi.

6 - Direito

Um panorama sobre o Direito, cujos tratados e pareceres foram todos escritos em Latim, foi-nos dado pelo Professor de Salamanca Antonio García y García nos seus *Estudios sobre la Canonística Portuguesa Medieval* (Fundación Universitaria Española, Madrid, 1976). Mencionamos aqui os principais autores e textos.

- *Mestre Silvestre Godinho* ensinou em Bolonha, de 1212 a 1217, onde foi professor do célebre Tancredo. Foi o jurista e defensor de D. Afonso II, na causa contra suas irmãs, Santas Teresa, Sandia e Mafalda. Foi arcebispo de Braga de 1231 a 1244. Escreveu sobre a Decretal *Pastoralis* do papa Inocêncio III; glosas às *Compilationes Antiquae*; e glosas ao *Decreto* de Graciano.

- *Mestre Vicente Hispano* ensinou em Bolonha de 1210 a 1215 e defendeu também D. Afonso II contra suas Irmãs. D. Sancho II nomeou-o chanceler do Reino, cargo que exerceu desde 1224 a 1238. Foi Bispo da Guarda de 1235 a 1248. Escreveu comentários ao *Apparatus ad Compilationes Antiquas I, II, et III*; *Comentários aos Cânones do IV Concílio de Latrão* (1215); *Apparatus et casus Decretalium Gregorii IX*, escritos já depois de Bispo da Guarda. Sobre temas mais particulares escreveu o *De iurciurando* e o *De regularibus et transeuntibus ad religionem*.

- *Mestre João de Deus* foi natural de Silves, onde nasceu por 1190, e foi cónego da Sé de Lisboa, cidade em que faleceu em 1267. Passou, porém, grande parte da sua vida em Bolonha, em cuja Universidade ensinou desde 1229 até 1260. A. D. de Sousa Costa referencia 22 obras autênticas de Mestre João de Deus. Anotamos apenas as seguintes: *Epistulae canonicae De Decimis Soluendis*, *Liber Dispensationum*, *Liber Pastoralis*, *Liber Iudicum* e

Liber Poenitentialis, este integrado numa longa tradição medieval de *Penitenciais*, em latim e nas línguas modernas, entre os quais o de Martín Pérez ou *Livro das Confissões*, e também o *Tratado de Confissom*, sendo esta a primeira obra em português a ser impressa entre nós, em Chaves, a 9 de Agosto de 1489.

- *D. Egas* foi cónego e depois Bispo de Viseu, de 1288 a 1313. Teve boa formação jurídica e manteve boas relações com D. Dinis. Na sua obra *Summa de Libertate Ecclesiastica*, escrita talvez em 1311, defendeu a propriedade e os direitos da Igreja contra as intromissões do poder secular.

- *D. Frei Álvaro Pais* nasceu em Salnés (Pontevedra) por 1275. Estudou e ensinou depois em Bolonha, entre 1296 e 1304. Fez-se franciscano e trabalhou na Cúria Pontifícia de Avinhão. Foi Bispo de Silves de 1333 a 1349. É um polígrafo multifacetado. A sua obra divide-se entre o Direito e Filosofia Política, a Teologia, a Apologética e as Cartas. É da situação jurídica e espiritual da Igreja que trata nas suas obras *De Statu et Planctu Ecclesiae*, *De Potestate Ecclesiae* e *Tractatus de Sacrilegio*.

- *D. João de Cardaillac*, quando Arcebispo de Braga, escreveu, em 1367, um *Liber Regalis* em defesa dos direitos de Henrique de Trastâmara à coroa de Castela. Aí se intitula explicitamente «legum professorem» e «Hispaniarum Primas».

- *Os Sínodos Diocesanos de Portugal*, entre 1240 e 1360, contêm muitos textos em Latim, língua que vai cedendo progressivamente o lugar ao Português. São bons textos para reconstituir a vida espiritual e social da época.

- *André Dias Escobar* (1348-1450) viveu longamente nas Cúrias Pontifícias, pelo que muito escreveu sobre o Direito Eclesiástico. Em 1425 redigiu o *De Decimis* e, em 1436, o *De Ciuitate Ecclesiastica*. Além disso, ocupou-se largamente do problema conciliar no *Gubernaculum Conciliorum* e nos *Avi-samenta Sacrorum Conciliorum*.

- *Bonifácio Peres Garcia* era natural de Lisboa, onde se tornou célebre jurisconsulto, pelo que foi convidado para conselheiro de Dona Joana, rainha de Castela (que era filha póstuma de D. Duarte). Entre 1455 e 1467 escreveu obra, a que deu o nome de *Peregrina* e que é um índice de leis e conclusões. Os compiladores conheciam-na pelo nome de *Glosa Bonifaciana*. Foi impressa em Sevilha em 1498.

- *Estêvão da Costa* era português ou pelo menos filho de portugueses. Ensinou Direito Canónico, na Universidade de Pavia, em 1444-1445, e a cadeira de *Instituta*, em 1446-47. Mais tarde, foi também professor de *Sexto* e

de *Clementinas*. Desde 1453 pertencia ao colégio dos «Nobili Giurisperiti». Compôs, em 1477, uma obra sobre o jogo (*De Ludo*), logo impressa em 1478, a que se seguiram várias edições. É-lhe atribuído também um tratado *Super II et III Decretalium*. Os *De Sententia excommunicationis Libri VI* foram editados em 1483; e o tratado *De Consanguinitate et affinitate*, em Pavia, em 1489. Na opinião de Gesnero foi um autor e comentador notável.

- *João Sobrinho*, natural de Lisboa, entrou na Ordem Carmelita, que o mandou para Oxford, onde se formou em Teologia. Trabalhou para D. Duarte e foi pregador de D. Afonso V. Faleceu em 1486. A sua obra principal é o tratado *De Iustitia Commutativa*, impresso em Paris em 1488. Como se diz no título completo, a obra trata também da «arte dos câmbios» e dos «jogos de azar». Deixou várias outras obras em manuscrito sobre filosofia, teologia, sermões e genealogia. A obra principal foi traduzida pelo Prof. Moses Bensabat Amzalak.

7 - Filosofia

- *Pedro Hispano Portugalense*, apesar da sua celebridade, tem parte da sua vida sem suficiente documentação histórica. Nasceu em Lisboa, entre 1205 e 1210. Foi estudar para Paris, onde, depois de se formar, ensinou na Universidade, desde 1220 a cerca de 1229. Por 1230 escreveu o *Tractatus*, conhecido por *Summulae Logicales*, talvez no reino de Leão. Seguiu depois o curso de Medicina, porventura em Salerno, vindo a ensinar em Siena. A esse período devem pertencer os seus numerosos escritos médicos. Há indícios de que viveu em Portugal entre 1250 e 1264. Em 1272 estava na Itália como médico do papa Gregório X, que o criou Cardeal. Em 1273 foi eleito arcebispo de Braga, de que não chegou a tomar posse. Após o falecimento de Gregório X, a 10 de Janeiro de 1276, sucederam-se dois efêmeros pontificados (o de Inocêncio V, falecido a 22 de Junho; e o de Adriano V, a 18 de Agosto). No consistório seguinte foi Pedro Hispano eleito papa com o nome de João XXI, cargo que exerceu de 8 de Setembro de 1276 a 20 de Maio de 1277, em virtude de ter sido vítima da derrocada, a 14 de Maio, do tecto do palácio de Viterbo. É singular a sua obra de psicologia *Scientia Libri de Anima*. Pertencem-lhe também umas *Quaestiones* sobre o *De Anima* de Aristóteles. Outros tratados psicológicos são de autoria duvidosa, tal como se discute a atribuição, que por vezes se lhe faz, da *Expositio librorum beati Dionysii*. Enquanto Papa, tentou melhorar as relações da Santa Sé com

D. Afonso III de Portugal. Procurou também intervir na Universidade de Paris, para pôr cobro a erros de raiz aristotélico-averroísta.

- *D. Durando Pais* estudou em Santa Cruz de Coimbra, foi Bispo de Évora (de 1267 a 1283) e depois Prior de Santa Cruz, de 1284 a 1293. Escreveu, em latim, um *Comentário ao tratado «Da Ciência Económica»*, falsamente atribuído a Aristóteles. Estudado pelos economistas, este comentário foi traduzido pelo P.^o Dr. Raul Machado, em 1955.

- *D. Frei Estêvão* era de Lisboa, fez-se franciscano e em 1311 foi nomeado Bispo do Porto, donde foi transferido para Lisboa, em 1313. Inamistado com D. Dinis, veio o Papa em seu socorro e transferiu-o, em 1322, para Cuenca, onde morreu em 1326. Participou, em 1322, em Avinhão, na assembleia sobre a pobreza evangélica, onde proferiu um discurso, cujo pensamento está resumido na *Compendiosa resumptio dictorum episcopi Vlix-bonensis De Paupertate Euangelica*.

- *D. Frei Álvaro Pais* (1275?-1349) passou do estudo do Direito para a Filosofia política. São, de facto, hoje os filósofos que mais estudam o seu *Speculum Regum*, concluído em Tavira em 1344. É este um dos muitos tratados de "espelhos de príncipes", de grande tradição, desde a Antiguidade Clássica aos tempos modernos.

- *Afonso Dinis de Portugal* é um dos muitos casos de actividades diversificadas: - foi pároco, depois cónego e ainda Bispo da Guarda (1346-1347) e de Évora (1348-1352); foi também secretário e médico de D. Afonso IV, pois licenciou-se em Medicina, em Paris, em 1331. Voltou a Paris para estudar Teologia. É nesta segunda fase parisiense que profere as suas lições (de 1335 a 1345). Comentou as *Sentenças* de Pedro Lombardo e traduziu o *Tractatus de Averrois de separatione primi principii*. É-lhe também atribuído um *Quodlibetalium fragmentum*, que outros pensam ser antes de Guilherme de Ockham.

- No tempo de D. Pedro I (1357-1367) foi professor da Universidade de Lisboa *Frei Agostinho Belo*, o qual deixou em manuscrito os *Volumina quatuor diuersorum argumentorum*.

- Também se encontram ainda inéditas as obras de *Frei Diogo de Portugal*, Franciscano que ensinou filosofia e teologia em Cambridge, em meados do séc. XV. Escreveu as *Quaestiones super Ethicam* e as *Quaestiones moralis philosophiae*.

- *Frei André do Prado* (c. 1380-1450), além de expositor e controversista, foi também professor de filosofia, tendo-nos deixado, em manuscrito,

um compêndio inspirado em diversos autores, conhecido por *Spiraculum Francisci Mayronis* ou *Liber Distinctionum*. O franciscano Francisco de Maironis nasceu nos Baixos Alpes, por 1288, e faleceu em Piacenza em 1327. Foi discípulo de Duns Escoto em Paris, dedicou-se ao género das *Disputationes* e seguiu o ramo rigorista na interpretação da pobreza. Veio a ser comentado por vários outros mestres de filosofia.

- *João Sobrinho*, eminente jurista da segunda metade do século XV, deixou também um *Compendium operis conflatile magistri Francisci de Mayronis Ord. Min., Tratados filosóficos sobre Aristóteles* e também estudos teológicos, entre os quais, segundo a tradição franciscana, um *Tractatus de Conceptione Deiparae*.

- *Diogo Lopes Rebelo*, depois de capelão e mestre de gramática de D. Manuel, frequentou Paris, onde se formou em Artes e Teologia. Em 1497 entrou no Colégio de Navarra, onde morreu em 1498. A sua obra mais notável é o *De Republica gubernanda per Regem*, impresso em 1496. Segue, pois, a tradição dos «espelhos de príncipes». É também dele um *Tractatus de productionibus personarum*. No género dos «penitenciais» escreveu o *Fructus sacramenti poenitentiae*. A D. Fernando de Almeida, Bispo de Ceuta, dedicou o *Liber de assertionibus catholicis apostoli Pauli*, editado em Paris, em 1497.

- *Frei Pedro da Cruz* ensinava filosofia em Veneza em 1488. Neste ramo do saber escreveu duas obras de comentário: as *Summulae Ioannis de Monte minoritae (...) super Petrum Hispanum ad mentem Ioannis Scoti*, Veneza, 1490; e a *Quaestio de ratione subiecti primi scientiae secundum Ioannem Scotum, an ad entia rationis extendatur*, editada, em 1500, em Veneza.

- Temos notícia de um tratado publicado por um filósofo *Afonso de Albuquerque*, em Lisboa, em 1498, intitulado *Commentarii in Parua Naturalia Aristotelis*.

- *Frei Gomes de Lisboa*, franciscano que estudou em Paris e foi amigo dos Papas Júlio II e Leão X, dedicou-se à teologia moral e à filosofia. Faleceu em 1513. Escreveu uma *Quaestio perutilis de cuiuscumque scientiae subiecto principaliter tamen Naturalis Philophiae*; e interpretou longamente Duns Escoto na *Lectura in librum primum Oxoniensis Scoti* e nas *Quaestiones quodlibeticae in uia Scoti*, estas em manuscrito. Note-se também o seu interesse pelos Montepios: a sua *Apologia Montium Pietatis* foi escrita, em Veneza, no fim do século XV.

8 - Medicina

- Embora a legislação canónica, nomeadamente as *Decretais de Gregário IX* (Lib. III, tit. 50, cap. 10), proibisse os clérigos de exercer a Medicina, muitos foram os que a estudaram e exerceram - ou antes de serem clérigos ou por terem pedido dispensa dessa proibição à Santa Sé. Bastará procurar no *Chartularium Vniuersitatis Portugalensis* as dezenas de médicos que foram párocos, cónegos e bispos.

Entre eles se conta Frei *Gil de Santarém* (c. 1190-1265) que traduziu para latim o tratado do árabe Rhazes (ou Razi), falecido em Bagdad em 925, intitulado *De secretis in medicina*, impresso em Veneza, em 1497. Igualmente se deve a Frei Gil de Santarém um tratado *Remedi di diverse malatie*, que existe num manuscrito italiano do século XV, para onde foi traduzido do catalão, sendo já este uma tradução do latim de S. Frei Gil.

- *Pedro Hispano Portugallense* (c. 1205-1277), além de filósofo e papa, foi igualmente notável como médico. Parte da sua produção foi examinada, discutida criticamente, editada e traduzida pela Prof.^a Dr.^a Maria Helena da Rocha Pereira, nas *Obras Médicas de Pedro Hispano* (Coimbra, 1973). Nelas, são-lhe atribuídos um longo tratado prático conhecido pelo nome significativo de *Thesaurus Pauperum*, um pequeno tratado *De Regimine Sanitatis* e um outro também extenso, *Liber de Conseruanda Sanitate*. Em excelente artigo anterior havia já a Doutora M. H. da Rocha Pereira estudado os aspectos linguísticos do *Thesaurus Pauperum*.

A Pedro Hispano pertencem ainda: um *Liber de Oculo* e os seguintes comentários às obras do médico judeu Isaac Israel, que foi médico no Cairo e faleceu em 955: *Super librum dietarum uniuersalium Isaac; Apolineac artis monarchae Isaac (...)* *dietae particulares cum (...)* *Petri Hispani commentariis*; e o *Liber urinarum eiusdem cum (...)* *Petri Hispani commentariis*, editados em 1515 em Lião.

- *Valesco de Taranta*, depois de ter estudado em Lisboa, formou-se em Montpellier em 1387. Escreveu em 1401 o pequeno tratado *De Epidemia et Peste*, que anda no geral anexo à obra do seu mestre Jean de Tournemire. A sua fama levou-o a médico de Carlos VI de França (rei de 1380 a 1422). Publicou, em 1418, um grande tratado com o título de *Practica, alias Philonium*, isto é, o "amigo do farmacêutico e do cirurgião". Do ponto de vista literário, o que mais nos interessa são os prefácios, sobretudo do *Philonium*,

bastante longo e recheado de citações. Nós pensamos que Valesco de Taranta era médico e sacerdote.

9 - Controvérsia religiosa

- Entre os diversos géneros a que se dedicou D. *Frei Álvaro Pais* (c. 1275-1349) - e já considerámos o Direito e as Cartas - ocupa lugar de relevo a luta contra as heresias, os mouros e os judeus. O seu *Collyrium fidei aduersus haereses*, terminado em 1334, diz já que pretende purificar a vista do crente para saber rebater todos os erros. Mais claro ainda é o título, que com muito fundamento lhe pertence: *Contra Ismahelitas, Mauros et Arabes*.

- De *Frei João de Alcobça* temos um manuscrito longo, terminado em 1345, em que se contém um *Speculum Hebraeorum* (Alc. 239/ BNL 236). Um outro, com o mesmo título, é um resumo do anterior: Alc. 240/ BNL 270.

Como diz no prefácio, o Autor pretende que os judeus, assim como vêem num *espelho* as manchas do seu rosto, também aqui, através desta discussão, possam ver os seus erros e converter-se. Para validar os seus argumentos, cita só o Antigo Testamento, servindo-se abundantemente do hebraico. Serve-se também das deduções da razão. Entre as marcas de erudição está uma citação de Horácio, *Arte Poética*, 365.

- O estudo das *fontes latinas* e a comparação com a tradução portuguesa do fim do século XIV dão particular interesse à longa obra, de grande valor apologético, que é a *Corte Imperial*, conservada na Biblioteca Municipal do Porto, ms. 803, vindo de Santa Cruz de Coimbra. A edição de J. P. Sampaio (Bruno), de 1910, está a ser refeita e o texto criticamente estabelecido pelo Prof. Dr. J. M. da Cruz Pontes.

- *Frei André do Prado* nasceu em Évora por 1380 e faleceu, provavelmente em Lisboa, depois de 1450. Foi franciscano, trabalhou na Cúria Pontifícia e foi professor de teologia. Regressou a Portugal depois de 1434 e aqui, a pedido do Infante D. Henrique, ao qual tomou como interlocutor e a quem dedicou o tratado, escreveu, cerca de 1450, o *Horologium Fidei*, isto é, uma exposição para «acertar o ponto» sobre os artigos do Credo. O cariz apologético é evidente. A cada passo o autor se pergunta: «Que hereges impugnaram esta verdade?». Trata-se de um subgénero literário muito cultivado na Idade Média, que tem como maior expoente o *Horologium aeternae sapientiae* de Henrique de Suso (c. 1295-1366).

- *Frei Pedro da Cruz*, natural do Porto, onde nasceu por meados do século XV, abraçou ardentemente a causa dos franciscanos claustrais. Doutourou-se em Veneza, e aí foi professor de filosofia e teologia. Em 1491 ensinava em Milão. Participou nos capítulos gerais de 1488 e 1491. No ano seguinte, foi agregado ao convento franciscano de Génova. Na polémica que durante séculos envolveu os discípulos de S. Francisco, tomou parte activa escrevendo o *Praeclarissimum opus Antimiorica uocatum, aduersus Minoricam fratrum dictorum de obseruantia*, editado em 1505, pela primeira vez, em Veneza. Tomou abertamente o partido dos claustrais contra os observantes.

10 - Liturgia

A Liturgia é caracterizada por um grande conservadorismo de ritos e formulários e pelo hieratismo da linguagem. Além disso, sendo a liturgia usada, em Portugal, na Idade Média, em grande parte, de importação romana, toma-se difícil encontrar os elementos originais que foram introduzidos em Portugal.

Presumimos que serão de redacção feita em Portugal os textos originais compostos para as celebrações próprias das Dioceses e das Ordens Religiosas do nosso País.

Após estudo pormenorizado, elaborámos o seguinte *calendário de celebrações próprias de Portugal*.

- 10 ou 19-I - S. Gonçalo de Amarante;
- 22-I - S. Vicente, mártir;
- 18-II - S. Teotónio;
- 1-III - S. Rosendo;
- 13-III - Beatas Sancha e Mafalda;
- 20-III - S. Martinho de Dume;
- 12-IV - S. Vítor de Braga;
- 16-IV - S. Frutuoso de Braga;
- 22-IV - Santa Senhorinha de Basto;
- 1-V - S. Torcato e Companheiros;
- 12-V - Santa Joana, Princesa;
- 15 ou 21-V - S. Manços de Évora;
- 22-V - Trasladação de S. Tiago Interciso em Braga;
- 13-VI - Santo António de Lisboa;
- 17-VI - Santa Teresa de Lorvão;

26-VI - S. Paio, mártir;
4 ou 8 - VII - Santa Isabel de Portugal;
16-VII - S. Sisenando de Beja;
3.º Domingo de Julho - Santo Anjo Custódio de Portugal;
1-X - S. Veríssimo e Santas Máxima e Júlia de Lisboa;
20-X - Santa Iria;
27-X - S. Vicente e Santas Sabina e Cristeta;
30-X - Vitória dos Cristãos no Salado;
6-XI - Beato Nuno de Santa Maria;
5-XII - S. Geraldo de Braga.

É bastante maior o número de Santos referidos pelo povo. Apesar de termos reduzido o Calendário, é certo que de boa parte dos Santos mencionados não se encontrará referência nos livros litúrgicos da Idade Média, tanto manuscritos, como nas edições do final do século XV e primeiros decénios do século XVI. A partir de meados do século XVI os livros litúrgicos impressos poderão conter já elementos renascentistas.

Os *livros litúrgicos* principais, onde se poderão encontrar elementos compostos na Idade Média, em Portugal, são *os Missais e os Breviários*. Para essa época deve ter-se em conta o próprio das Dioceses de Braga, Coimbra, Évora e Lisboa; e o próprio das Ordens Religiosas de Cister, Santa Cruz de Coimbra, Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos, Dominicanos e da Capela Real.

Tratando-se aqui de prosa, dificilmente poderão ser encontrados outros textos além das orações, *leituras de Matinas e algumas rubricas*. Guardamos para outro capítulo os textos poéticos.

Outros livros litúrgicos, sobretudo em manuscrito ou de edição agora recente, poderão ser procurados: Santoral, Calendários, Ritual, Pontifical, Processional e livros de Horas. Os elementos de redacção em Portugal serão, porém, raros.

- Caso raríssimo é o *Cerimonial da sagração e da coroação dos reis*. Temos a descrição desta cerimónia realizada pelo Bispo de Coimbra, a 9 de Dezembro de 1185, nas pessoas de D. Sancho I e da rainha D. Aldonça, mas ignoramos qual o texto latino seguido.

Possuímos, porém, o cerimonial equivalente composto por *D. Raimundo Ébrard*, quando ainda cónego da Sé de Coimbra, a fim de servir na

coroação de Afonso XI de Castela (1318-1350). A parte litúrgica está toda em latim. Sendo provável que a base seja o *Ordo romanus ad benedicendum imperatorem*, D. Raimundo deve ter-lhe introduzido a ida do Rei ao altar de S. Tiago para ser armado cavaleiro e o texto latino da recepção e sagração da Rainha.

II - Gramática

- *Frei Martinho de Alcoçaba*, mestre de noviços e mestre-escola dedicado à filosofia, escreveu, por 1410, uma *Ars Accentualis*. É uma espécie de prosódia, com normas de acentuação, baseando-se sobretudo nos gramáticos medievais recentes, principalmente em Alexandre de Villadei (1160-1250?). No *prólogo* revela-se um filósofo com tendências metafísicas, citando Aristóteles, Temos dele um outro pequeno escrito: *um diálogo* entre ele próprio e o seu «pai» espiritual, S. Bernardo.

- O espanhol João de Pastrana escreveu na primeira metade do século XV uma gramática que foi adoptada em Portugal: era o *Compendium Grammaticale* ou *Thesaurus Pauperum* ou *Speculum Puerorum* ou *Baculum Caecorum*. Em 1497 publicou, em Lisboa, Valentim Fernandes, resumos desta célebre gramática; Mestre António Martins resumiu a terceira parte sob o título de *Materiarum editio a Baculo Caecorum breuiter collecta*; e o seu discípulo Pedro Rombo resumiu a segunda parte de Pastrana sob a epígrafe *Materiarum editio ex Baculo Caecorum*. Cada uma destas duas partes vem precedida de uma carta latina de Pedro Rombo a Valentim Fernandes. Nestas cartas Pedro Rombo mostra ter já absorvido as novas ideias do Renascimento.

- São conhecidos outros gramáticos do período de transição por nós adoptado (1481-1521): Pedro de Alcáçova, João Fernandes, João Vasques e Estêvão Cavaleiro, este autor da *Noua Gramatices Ars* (1516). Estes autores têm sido considerados pelos estudiosos da introdução do Humanismo em Portugal.

12 - Epitáfios em prosa

No geral, os epitáfios em prosa são breves. Os elementos essenciais do género haviam-se fixado desde a Antiguidade: nome, filiação, idade, cargos, data do falecimento.

- Pela sua grandeza e estilo altamente encomiástico, mencionamos aqui o epitáfio de D. *João I*, na Batalha. Falecido a 14 de Agosto de 1433, foi tumulado na Capela do Fundador a 25 de Outubro. A inscrição de cerca de 2 m. x 1,20 m. tem 27 linhas de texto. Faz falta uma edição crítica do texto latino e uma boa tradução.

- D. *Filipa de Lencastre* faleceu em Odivelas a 18 de Julho de 1415. Em Outubro de 1416 foi trasladada para a capela-mor da Batalha. Só depois da morte de D. João I, foi o seu corpo transferido para o sepulcro próprio da Capela do Fundador, a 14 de Agosto de 1434. A inscrição sepulcral tem 21 linhas de texto latino e remete, no fim, para cerimonial igual ao descrito no epitáfio de D. João I. O estilo usa muitos superlativos, fazendo rasgado elogio moral da Rainha. O final é mesmo de índole litúrgica. Não há ainda hoje uma transcrição latina e tradução de confiança.

- Menos literário e muito menos extenso que os anteriores é o epitáfio, em prosa, que em 1520 foi gravado no então inaugurado túmulo monumental de D. *Afonso Henriques*, na capela-mor da igreja de Santa Cruz de Coimbra. A inscrição primitiva tinha oito linhas. O espaço epigráfico é de 2 m. x 0,52 m. Por 1935, a pretexto de corrigir os erros dos anos de reinado e dos anos de vida do Rei Conquistador, foi o primitivo epitáfio todo picado, e gravado o actual, em letra neogótica, que tem apenas seis linhas, conservando partes do texto primitivo, suprimindo alguns elementos e acrescentando outros. É preciso verificar bem qual dos textos os livros hoje nos apresentam.

II - POESIA

Uma das grandes maravilhas da Literatura Latina Medieval, na Europa, é a abundância, variedade e beleza da sua poesia. Prodigaliza-se em poesia épica, didáctica, lírica, hinos, sequências e tropos de carácter religioso, tal como se excede em canções profanas, consagradas nos *Carmina Cantabrigensis* e nos *Carmina Burana*.

Em Portugal, embora em menor grau, também a poesia teve representação suficiente. Para sistematizar, vamos dividir as composições segundo as técnicas métricas e os géneros poéticos.

1 - Métrica quantitativa

Seguindo as normas da prosódia tradicional, baseada na alternância de sílabas longas e breves, anotamos as seguintes composições;

- *De Expugnatione Salaciae* é um poema sobre a Conquista de Alcácer do Sal, em 1217. O seu autor é o cruzado francês Suerius Gostuinus, que o dedica ao bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas. São 230 versos, constituídos por 115 dísticos elegíacos.

- As façanhas de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I contra os Mouros, são contadas num *Miraculum Sancti Iacobi*, em 5 dísticos elegíacos, em forma de *Lectio I*, a 3 de Outubro, festa dos milagres de S. Tiago, em Santiago de Compostela.

- *S. Tiago de Matosinhos*, coberto com as suas vieiras, é o tema de um *hino* composto por 12 quadras, à maneira dos dímeters iâmbicos.

- No meio dos manuscritos medievais encontram-se *dísticos elegíacos*, aqui e acolá isolados, que são um voto, por vezes risonho, do copista. É o caso de uma *prece do copista* de um livro do Tombo da freguesia de Areias, Santo Tirso, em que recorda que «o vinho sustenta o corpo», mas pede logo orações por si e pelos seus.

- Em diversos locais gravam-se pequenos *epigramas*, como na Livraria de Alcobaça.

- O jurista João de Deus (c. 1189-1267), no final dos seus livros, usa com frequência composições de curta extensão, em *hexâmetros dactílicos*, sendo nestes frequente (mas nem sempre) a rima emparelhada.

- Mais característico ainda é o *explicit*, em 4 *hexâmetros leoninos*, com que fecha o manuscrito dos Sermões de Frei Paio de Coimbra; e também, quase perdidos no meio dos Quatro Livros de Milagres de S. Rosendo, os 3 *hexâmetros leoninos* que caracterizam o final do livro III.

Não faltarão outras composições em métrica quantitativa, dispersas pelos manuscritos medievais e pelos edifícios religiosos. Pela sua importância, vamos dar especial relevo aos epitáfios e aos hinos.

2 - Epitáfios em verso

A - Registamos em primeiro lugar, por ordem cronológica, os epitáfios em hexâmetros ou em dísticos elegíacos, puramente quantitativos.

- Na *Alia Sanctae Seniorinae Vita* encontra-se, a terminar, um epitáfio, constituído por 8 hexâmetros dactílicos, composto, em 1130, pelo arcebispo de Braga, D. Paio.

- D. Cosme, monge de S. Vicente de Fora, compôs, em honra dos *Cavaleiros Alemães* que morreram na conquista de Lisboa, em 1147, um epitáfio em 2 dísticos elegíacos.

- O mesmo D. Cosme, em louvor do *Cavaleiro Alemão Henrique*, tido como Santo, compôs para o seu especial sepulcro um outro epitáfio de 6 dísticos elegíacos.

- D. *Teresa Afonso*, segunda mulher de Egas Moniz, faleceu em Salzedas, em 1171, onde foi gravado o seu epitáfio, constituído por 3 octonários trocaicos catalécticos seguidos de 3 dísticos elegíacos.

- No mosteiro de Santo Tirso ainda se encontra a inscrição sepulcral das irmãs *Aldara Vasques e Urraca Ermiges*, a última das quais faleceu em 1248. O poema é constituído por 13 versos hexâmetros dactílicos (e não leoninos), dos quais apenas estão imperfeitos, no fim, os dois que marcam a data da morte de cada uma das irmãs.

- Faleceu em 1336 a *Rainha Santa Isabel*. No seu túmulo do convento antigo, depois levado para Santa Clara-a-Nova em Coimbra, está gravado um epitáfio, em 3 dísticos elegíacos. Se bem que alguns epitáfios anteriores tenham boa qualidade literária, este apresenta no final do quinto verso uma expressão de clara inspiração clássica: *diua haec selecta Tonaute*: esta *santa* eleita pelo *Altíssimo*, equivalente ao epíteto de Júpiter, o *Trovejante*.

- No túmulo de *D. Nuno Álvares Pereira*, falecido em 1431, no convento do Carmo, em Lisboa, encontra-se gravado um epitáfio constituído por 6 hexâmetros. Os elogios vão mais para o Santo que para o guerreiro.

- Pela sua ligação à família de Avis, mencionemos ainda o epitáfio do *Cardeal D. Jaime de Portugal*, filho do Infante D. Pedro, e que morreu, com 26 anos de idade, em Florença, a 27 de Agosto de 1459. A inscrição métrica é da autoria do humanista italiano Bartolomeu Platina. São apenas dois dísticos elegíacos. O sepulcro é todo ele uma obra de arte, «trabalho precioso da renascença toscana», colocado na igreja fronteira à cidade, em S. Miniato al Monte.

B - Há uma outra técnica, que encontramos mais raramente: os hexâmetros ou os dísticos são quantitativos, mas estão munidos de rima só no final dos versos.

- *D. Afonso de Portugal*, filho de D. Afonso Henriques, foi Mestre da Ordem Militar do Hospital e foi sepultado em S. João de Santarém em 1207. O seu epitáfio consta apenas de dois hexâmetros que rimam entre si: *plora / ora*.

- *D. João I*, que faleceu em 1433, tem na Batalha, além da grande inscrição encomiástica em prosa, um outro pequeno epitáfio, colocado à cabeceira do mausoléu, e que é constituído por 5 hexâmetros dactílicos. O 2.º e 3.º versos rimam entre si: *regum / legum*; tal como têm rima emparelhada o 4.º e o 5.º: *fregit / subegit*. Apesar de breve, a inscrição louva as qualidades morais do Rei e menciona a sua vitória sobre Castela e a Conquista de Ceuta.

C - *Epitáfio Medieval de D. Afonso Henriques* - Tem, do ponto de vista artístico, um especial interesse o epitáfio primitivo de D. Afonso Henriques, falecido em 1185. Junto ao seu primeiro sepulcro, ao fundo da igreja antiga de Santa Cruz de Coimbra, foi colocado um epitáfio em verso. Consta de 6 dísticos elegíacos. A prosódia e métrica são clássicas. Porém, no 5.º, 7.º e 8.º versos, o final do primeiro hemistíquio rima com o fim do verso: 5 - *Christi / isti*; 7 - *fastus / pastus*; 8 - *inopes / opes*. Como diremos a seguir, esta rima interna dá aos versos o nome de hexâmetros leoninos. O poeta esmerou-se ainda mais; -recorreu à figura etimológica nos versos 9 e 10: *tutor / tutus* e *clypeo / clypeata*. Não tendo rima no final dos versos, nem sendo leoninos todos os versos, este epitáfio ocupa, na nossa exposição, um lugar especial.

Escrever latim em métrica clássica, acrescentar-lhe por duas vezes a rima e utilizar a figura etimológica são artifícios bem reveladores do alto domínio do latim, em Santa Cruz de Coimbra, durante a Idade Média. Esta inscrição métrica foi também transferida para a capela-mor da igreja, em 1520, quando da inauguração do mausoléu, e mais tarde retirada.

D - *Epitáfios em versos leoninos*

- Dá-se o nome de *versos leoninos* ou *leonianos* àqueles hexâmetros ou «pentâmetros» que, sem prescindirem da prosódia clássica, fazem rimar o meio do verso com o seu final. O nome dado a esta técnica é antigo. Uns fazem-no ascender ao tempo do Papa Leão Magno (440-461); outros dizem que a designação deriva de um poeta de S. Vítor de Paris, do século XII, que utilizou muito este tipo de verso. O seu nome era, segundo uns, Leão (donde «leonino»); segundo outros, Leónio (de que deriva antes «leoniano»). O certo

é que o artifício rimático é antigo, caiu bem e espalhou-se por toda a Europa. O nome mais vulgarizado é «versos leoninos».

- Os versos leoninos usavam-se em diversos tipos de composição. Por exemplo, em *Alcobaça*, quando, em 1223, foi inaugurada a nova igreja do mosteiro, foi inscrito numa parede um epigrama em 5 dísticos elegíacos, todos leoninos, em louvor da Padroeira. O primeiro dizia: *Nos trahe, uirgo pia, trahe nos, rogo, uirgo Maria.*

- Todavia, um dos subgéneros literários em que os versos leoninos são mais utilizados, verifica-se serem os *epitáfios*. O uso desta técnica já era conhecido no Ocidente Hispânico antes da independência de Portugal. Vamos, porém, registar aqui apenas os epitáfios em versos leoninos de que temos conhecimento, descrevendo-os sumariamente e fazendo no fim uma remissão bibliográfica geral. Atendendo a que o verso latino exige perícia no domínio da língua, a persistência desta arte e a sua dispersão por vastas áreas do território nacional mostram como o Latim sempre teve, entre nós, cultores de bom nível. Data, personagem, local e versos dos epitáfios:

- 1155 - Rodrigo, Santa Justa, Coimbra, 8 versos;

- 1198 - Pedro Garcia, mosteiro de Landim, V. N. de Famalicão: um só verso, o estereotipado - *Vir bonus et rectus, iacet hic sub marmore tectus;*

- meados do séc. XIII - Madre Justa Rabaldes da Cruz, mosteiro de Chelas, Lisboa, 4 versos;

- 1236 - Mendo Afonso, igreja da Alcáçova;

- 1245 - D. Rodrigo Sanches, mosteiro de Grijó, 15 versos;

- 1256 - Santa Mafalda, mosteiro de Arouca, 20 versos;

- 1268 - D. Egas Fafes, Sé de Coimbra, 10 versos;

- 1269 - D. Constança Sanches, Santa Cruz, Coimbra, 12 versos;

- 1282 - D. Durando Pais, Sé de Évora;

- 1285 - Madre Elvira Lopes, mosteiro de Celas, Coimbra, 14 versos;

- 1290 - João Pires Brochado, S. Francisco, Santarém, 24 versos;

- 1291 - Pedro Durães, Sé do Porto, 6 versos;

- 1315 - Madre Teresa Raimondo, mosteiro de Celas, Coimbra, 10 versos;

- 1319 - Pedro, mestre-escola, Sé de Coimbra, 10 versos;

- 1336 - Frei Estêvão Vasques Pimentel, mosteiro de Leça do Balio, 26 versos.

Estamos certos de que, percorrendo as Crónicas das Ordens Religiosas e as descrições das igrejas, mais alguns epitáfios em verso se poderão encontrar.

- Nota sobre Hinos em métrica quantitativa

Quem estuda a poesia em métrica clássica na Idade Média, não pode deixar de investigar os *hinos litúrgicos*. Em Portugal, as fontes de consulta de mais confiança são, necessariamente, os Breviários. Ora querendo confinarmos à Idade Média, só poderemos ter como seguramente medievais (se não pertencerem à Antiguidade Cristã) os hinos que se encontrarem em Breviários anteriores à introdução do humanismo renascentista na Liturgia cristã. No caso dos Breviários impressos em Portugal (os únicos que trazem solenidades próprias do nosso território) só poderemos, por isso, utilizar, com segurança, dois Breviários:

o *Breviarium Bracharense*, Braga, 1494;

e o *Breviarium secundum Ordinem Diui Augustini*, 1514, que, embora não diga o local da edição, é de Santa Cruz de Coimbra.

Examinando atentamente estes dois exemplares, verifica-se que não há hinos quantitativos próprios dos Santos do Calendário Português. S. Teotónio, o primeiro Prior de Santa Cruz, nem sequer vem no Santoral! Se ele era comemorado (e não hesitamos em pensar que sim), o Ofício que se cantava era o do Comum dos Confessores. Aliás, é o que, para nós estranhamente, acontece com os grandes Bispos de Braga, S. Martinho de Dume e S. Frutuoso. O seu Breviário remete simplesmente para o Comum dos Confessores Pontífices.

Temos, é certo, em todos os Breviários, muitos hinos quantitativos, sobretudo estrofes em dímteros iâmbicos (hinos «ambrosianos») e estrofes sáficas, mas todos eles são importados do *Breviarium Romanum*, há muitos séculos adoptado em Portugal. Vêm no Ordinário, no Próprio da Semana e do Tempo e no Santoral.

Quando estudamos o Breviário de Braga de 1549; o de Santa Cruz de 1531 e 1583; o de Évora de 1528, 1536 e 1548; o de Lisboa de 1536 e 1598; o da Ordem de Cister de 1544 e 1568; e o de Coimbra de 1555 - então encontramos já vários hinos quantitativos, mas tudo nos leva a crer que são de construção poética recente. Não podem, pois, fazer parte do nosso estudo.

Citamos apenas um exemplo curioso. O P.^o Doutor Mário Martins estudou *A legenda dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia do cód. C V/1-23-d, da Biblioteca de Évora*. Segundo este grande medievalista, a versão latina e portuguesa que ele nos transmite é do final do século XIV. Acontece, porém, que junto à *legenda* vem um hino, original, em 13 estrofes asclepiádeias (III esquema) que, todavia, não pertence à legenda medieval. É em letra

humanística «da segunda metade de quinhentos». Ignoramos quem é o seu autor. Após o Renascimento, em épocas diferentes, novos hinos, em estilo clássico, foram introduzidos por toda a Europa.

3 - Métrica intensiva

A par da prosódia latina baseada na quantidade métrica das sílabas, uma nova técnica rítmica foi introduzida, desde os séculos IV e V da nossa era. Em vez das sílabas longas, valorizaram-se as tónicas; e em lugar das breves começaram a contar-se as átonas. Assim passou a dominar, no verso, o acento de intensidade. Criaram-se novas regras para a métrica intensiva, a qual vigorou na poesia latina durante toda a Idade Média e veio a servir de modelo à métrica das línguas românicas.

Em vez de poesia ou métrica intensiva, usa-se muitas vezes, até em bons autores, a designação de *poesia ou métrica rítmica*. E algumas destas novas composições chegam a ser denominadas «prosas»! Em nosso entender, estas designações são inexactas e prestam-se a confusões. De facto, a poesia e métrica clássicas baseiam-se num *ritmo quantitativo* - alternância procurada de longas e breves; e a métrica nova, medieval e *moderna*, tem como suporte o número de sílabas, procurando um *ritmo intensivo*, baseado numa rebuscada alternância de sílabas tónicas e átonas (acentuadas e não acentuadas), muitas vezes acompanhadas por outro elemento de bom efeito eufónico - a *rima*. Ser «rítmica» é, pois, comum a ambos!

A poesia latina medieval em métrica intensiva atingiu a maior riqueza e variedade em ritmos e rimas. Estendeu-se tanto à poesia sacra como profana.

São célebres os cantos dos goliardos, representados nas colecções dos *Carmina Cantabrigensia* e nos *Carmina Burana*; como não há quem ignore a beleza de novos hinos, sequências, tropos e ofícios rimados.

178 *Em Portugal* também foi conhecida a nova técnica poética. Devemos reconhecer, no entanto, que a nossa produção original foi escassa. Antes devemos dizer que a maior parte das composições adoptadas e copiadas nos nossos manuscritos foram importadas de Além-Pirenéus.

A - *Hinos litúrgicos* - Como observámos ao concluir o percurso pela poesia quantitativa em Portugal, os hinos cantados nestes ritmos clássicos eram, entre nós, todos de proveniência romana. E mesmo para os Santos originários do nosso território, só encontramos nos Breviários de Braga

(1494) e de Santa Cruz de Coimbra (1514) os seguintes *hinos* em *métrica intensiva*:

1.^o *A S. Geraldo*, arcebispo de Braga, cuja festa se celebra a 5 de Dezembro. Para *Vésperas; Adest dies laetitiae*. São 4 quadras, com versos de 8 sílabas, acentuadas na 3.^a ou 4.^a e 6.^a sílaba. Cada quadra é monorrima. Para *Matinas; Geraldus gemma praesulum*. São também 4 quadras, com versos de 8 sílabas e acentos na 4.^a e 6.^a sílabas, mas com rimas emparelhadas no 1.^o e 2.^o versos, e no 3.^o e 4.^o versos. Para *Laudes; Odor Geraldi tumulo*. São 4 quadras, incluindo sempre a doxologia, com o mesmo esquema métrico e rimático de Matinas.

2.^o - *A Santa Iria*, virgem e mártir, celebrada a 20 de Outubro. Para *Vésperas; Collaudantes ueneremur / Herene solempnia*. São 5 sextilhas com versos alternadamente de 8 e 7 sílabas. Os versos ímpares rimam entre si, tal como os pares têm rimas próprias. Os versos de 8 sílabas são acentuados na 3.^a ou 4.^a sílaba e na 7.^a; os de 7 sílabas acentuados na 3.^a e 5.^a sílaba. Para *Matinas; Collaudantes studeamus / Herenam cum cantibus*. São também 5 sextilhas, obedecendo o número de sílabas, a acentuação e as rimas ao esquema anterior. Para *Laudes* (e também *Completas*, em Santa Cruz): *In hac die recolatur / Virgo cum laetitia*. Número de estrofes, versos e rimas tudo como nos hinos precedentes.

3.^o - *Aos Santos Mártires de Marrocos*. A festa dos 5 protomártires franciscanos, sacrificados em Marrocos, celebrava-se em Santa Cruz de Coimbra a 16 de Janeiro, pois aí se conservam ainda hoje as suas relíquias. Os hinos são todos do Comum de muitos mártires, excepto um hino original para *Completas; Romana gaude natio*. São 6 quadras com versos de 8 sílabas, com acentos na 3.^a ou 4.^a e 6.^a sílaba e esquema rimático a b a' b'.

4.^o - *Ao Santo Anjo Custódio de Portugal*. Foi o rei D. Manuel quem instituiu esta festa, para ser celebrada no 3.^o Domingo do mês de Julho de cada ano. Os hinos eram: Para *Vésperas; Pange lingua gloriosi / Proelium certaminis*. São 6 sextilhas com versos de 8 e 7 sílabas, alternadamente. Os versos de 8 sílabas têm os acentos na 3.^a ou 4.^a e 7.^a - sílabas; e os de 7, na 3.^a e 5.^a sílabas. O esquema rimático é a b a' b' a" b". Exige, portanto, maior constância de rimas. Para *Matinas; Sacris solemnibus / Iuncta sint gaudia*. São 7 estrofes de 7 versos cada uma. Os versos são todos de 6 sílabas com acentos na 4.^a sílaba apenas. Os esquemas rimáticos são variáveis: I estrofe - a b a' b' b" b" b"; II estrofe - a b a' b' a" b" a"; III estrofe - a b a' b' b" a" b"; IV estrofe - a b

a' b' c b" c'; V estrofe - a b a' b' b" a" b"; VI estrofe - a b a' b' a" b" a"; VII estrofe - a b a' b' a" b" a". Para *Laudes: Verbum supernum prodiens*. São 6 quadras com versos todos de 8 sílabas com acentos na 4.^a e 6.^a sílaba. Os esquemas rimáticos não são uniformes: I, II e III estrofes - a a' b b'; IV e V estrofes - a a' a" a"; VI estrofe - a b a' b'. No Breviário Cisterciense de 1544 os hinos são os mesmos, mas colocados em Horas diferentes. Observamos ainda que estes hinos, sendo exclusivos do Anjo Custódio do Reino, aparecem nos Breviários de Outros Reinos... Não podemos, por isso, garantir que estes três hinos tivessem sido produzidos em Portugal.

B - *Sequências* - A «sequência» é um outro tipo de composição muito usado na Idade Média, sobretudo nos séculos XIII, XIV e XV, para ser cantada após a leitura da Epístola, a que dava «sequência», onde então se usava o Gradual ou o Tracto ou (após o Vaticano II) o Salmo Responsorial. O grande mestre foi Jacopone da Todi; mas muitos outros cultivaram o género.

Nos Missais de Santa Cruz de Coimbra mantêm-se constantes as seguintes *sequências*: a 14 de Janeiro, ao Santíssimo Nome de Jesus; a 4 de Agosto, a S. Domingos; a 28 de Agosto, a Santo Agostinho; a 4 de Outubro, a S. Francisco. Assinalamos estas sequências pela sua raridade em Portugal. Atendendo, porém, a que estas festas se celebravam noutros países e no próprio rito romano, nada nos garante que elas sejam originárias de Portugal.

O género é tão belo que não há quem não admire o *Veni Sancte Spiritus*, *Lauda Sion Salvatorem*, *Dies irae dies illa*, *Stabat mater dolorosa* e uma das mais antigas, *Victimae paschali laudes* - todas importadas do *Missale Romanum*.

Só um estudo muito extenso e comparativo dos Missais dos diversos países e ordens religiosas nos poderia levar mais longe na identificação da originalidade deste género literário, um dos mais ricos e belos da poesia medieval.

C - *Ofícios rimados* - Uma outra maravilha da arte medieval é o cultivo da poesia ao longo de espaços intermitentes. O *ofício da Imaculada Conceição* do Breviário de Braga de 1494, que se encontra pouco após a abertura do Santoral, a *8 de Dezembro*, é um prodígio de arte poética. São em verso de ritmo intensivo e com rima: nas *I Vésperas*, as *5 antífonas*, o *responsório* da Capítula, e a *antífona ad Magnificat*; igualmente, em *Matinas*, as *9 antífonas* dos 3 nocturnos e os *9 responsórios* depois das 9 lições; em *Laudes*, as *5 antífonas* têm, cada uma, 2 versos de 15 sílabas e 2 de 8 sílabas, bem como é em

5 versos desiguais a *antífona ad Benedictus*, tal como o *responsório* para a Capítula, este em dois versos de 14 sílabas de rima emparelhada; e nas *II Vésperas* é própria a *antífona ad Magnificat*, com 6 rimas emparelhadas de versos de 16 sílabas, de 10 sílabas e de 8 sílabas.

Parece nunca ter sido notado que o *ofício de Santa Senhorinha*, a 22 de Abril, no Breviário de Braga de 1494, também é, em parte, rimado. São em prosa rimada, por vezes com membros com igual número de sílabas (semelhantes a versos) a segunda parte dos *responsórios* de *Matinas* após a 2.^a, 4.^a, 8.^a e 9.^a lições. Em *Laudes* é em rima emparelhada (de versos desiguais) só a 1.^a *antífona*. Em *Vésperas* é em prosa rimada a *antífona ad Magnificat*, constituída por 10 membros, dos quais rimam entre si com o 2.^o (*Virgo beata Senorina*), o 4.^o, 6.^o e 10.^o.

D - *Livros de Horas* - É certo que a maior parte dos nossos «Livros de Horas» dos séculos XV e XVI ou foram importados do estrangeiro, sobretudo da Flandres, ou foram copiados de modelos exteriores. Todavia, nas cópias, podia intervir a inspiração do copista. Repare-se numa invocação a S. Jorge, «protector de Portugal» que se encontra no *Livro de Horas de El-Rei D. Duarte* e que principia assim:

*Miles Christi gloriose,
Laus, spes, tutor Portugalíae.*

e continua até 8 versos, de rimas alternadas.

E - *Outras poesias de métrica intensiva* - Em vários manuscritos medievais portugueses encontram-se outras poesias de ritmo intensivo. Não podemos, porém, provar que são de autores portugueses. A sua frequência é maior nos manuscritos de Alcobça. O Prof. P.^o Aires Augusto Nascimento publicou *Um «Mariale» Alcobacense* com 22 poemas, dos quais de 10 foi identificado o Autor e 5 foram referenciados noutras colecções, embora de autor desconhecido. Conclui-se, pois, pela dificuldade em atribuir estas composições, mesmo quando soltas, a poetas portugueses.

F - *Poesias latinas de Frei João Claro* - Foi este religioso noviço em Alcobça no final do século XV e, depois de ter cursado e ensinado em Paris, veio a morrer por 1520. Entre as suas muitas poesias encontram-se fragmen-

tos, por vezes longos, em latim rimado. Assinalamos aqui uma paráfrase do *Pater Noster* em 45 versos latinos. Muito frequentes são também as suas composições latinas em honra da Virgem Maria. Juntando 4 pequenas *poesias marianas* contámos 31 versos. Temos assim, embora tardio, o único poeta português, perfeitamente identificado, que escreveu poesias latinas em métrica intensiva.

MAGNÍFICO REITOR

A exposição acabada de esboçar deixou entrever muitos milhares de documentos notariais e mais de uma centena de obras literárias escritas em Latim, só na Idade Média e só em Portugal. Em 1973, o Prof. Dr. Cónego Avelino de Jesus da Costa, fundamentando a necessidade do Latim para o estudo da História de Portugal, citou colecções, apêndices documentais, inscrições, tratados, etc. e contou, então, cerca de 30.000 documentos em Latim com que se depara o historiador português.

Permita-se-me citar apenas mais o historiador da cultura, Prof. Dr. Luís Filipe Barreto: «A ausência de uma aprendizagem (mesmo que de iniciação) da língua latina e da cultura clássica nos e para os cursos de História é um absurdo pedagógico que está a matar a mera possibilidade de existência de investigação em História Cultural Portuguesa».

O que da História disseram estes dois professores aplicaram-no já também, *a pari*, para a Filosofia o Doutor Cruz Pontes, para as Línguas Românicas o Doutor Manuel de Paiva Boléo, e para o Direito o Doutor Guilherme Braga da Cruz.

Toda e qualquer reforma do ensino que venha a ser feita, longe de diminuir a já escassa docência das línguas clássicas no Ensino Secundário e Superior, deverá antes favorecê-la e ampliá-la. Aliás, o Latim não é necessário só para quem cursa estudos superiores. Em Congresso recente, dizia Philippe Rossillon, secretário-geral da União Latina: «Um pouco de Latim faria bem a esta sociedade de comunicação a-gramatical que se arrisca, por fim, a perder o instrumento do pensamento organizado». Não conheço ninguém que se tenha declarado arrependido de ter estudado Latim!

E como o Latim e o estudo da documentação latina da Idade Média em Portugal têm uma forte tradição entre nós! Bem se pode dizer que nos últimos decénios existiu uma verdadeira Escola de Coimbra de Estudos Medie-

vais. Bastará recordar, para o Direito Medieval, os Professores Manuel Paulo Merêa, Luís Cabral de Moncada, Guilherme Braga da Cruz, Mário Júlio de Almeida e Costa e Sebastião da Costa Cruz. E para a Faculdade de Letras - na História Medieval, os Professores António Ribeiro de Vasconcelos, Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Joaquim de Carvalho, Damião Peres, Pierre David, Torcato de Sousa Soares, Avelino de Jesus da Costa e Salvador Dias Arnaut; na Literatura Portuguesa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Joaquim Mendes dos Remédios e Álvaro Júlio da Costa Pimpão; na Arte, Reis Santos e Nogueira Gonçalves; na Filosofia, José Maria da Cruz Pontes; no Latim Medieval, Maria Helena da Rocha Pereira. Limitei-me a mencionar alguns dos que já nos deixaram ou se encontram jubilados.

Grande responsabilidade recai, pois, sobre a actual geração de professores e assistentes que se dedicam à Idade Média, em qualquer das suas vertentes. Conviria - é tempo! - juntar esforços, cultivar a interdisciplinaridade e criar um *Instituto de Estudos Medievais*.

Fixemos, finalmente, apenas o Latim. Quem irá reler, editar criticamente, traduzir e interpretar os milhares dos nossos documentos notariais, nomeadamente os do *Chartularium Vniuersitatis Portugalensis*? Quem irá reeditar as obras literárias, tirar dos manuscritos tantas que nunca viram a luz da imprensa e situá-las no âmbito da arte, da estilística e da cultura do seu tempo? Não basta que haja uma disciplina de Latim Medieval que, embora de opção para toda a Universidade, não atinge mais que um pequeno número de alunos em cada ano. Impõe-se criar ambiente e meios de trabalho para os Mestrados e Doutoramentos em Latim Medieval. Sente-se a necessidade de um *Instituto de Latim Medieval*.

Concluimos pois: *Viuant, crescant, floreant studia Latinitatis in hac alma nostra matre Vniuersitate Conimbrigensi!*

Série

Documentos

•

Coimbra
Imprensa da Universidade

2005